

# Trajectórias Familiares e Vivências Escolares: Projectos de vida e processos identitários nos descendentes de imigrantes guineenses na Escola Secundária de Odivelas.

**Autor: David Lamine Fati**

Orientadora: Professora Doutora Sofia Gaspar

Co-Orientador: Professor Doutor Fernando H. Serra

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Sociologia

Lisboa  
2016

VALORIZAMOS PESSOAS



**Instituto Superior  
de Ciências Sociais e Políticas**  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

VALORIZAMOS PESSOAS

[WWW.ISCSP.ULISBOA.PT](http://WWW.ISCSP.ULISBOA.PT)

## AGRADECIMENTOS

No fim deste monumental desafio, não podia deixar de agradecer a todas aquelas pessoas que, antes de mais, tornaram possível a decisão de ingressar no mestrado e todas as que de diversas formas contribuíram para que levasse o barco a bom porto.

Profundamente ligada ao desenvolvimento desta tese está a minha Amiga, Mestre e Orientadora de tese, Professora Doutora Sofia Gaspar, a quem devo tudo e a quem agradeço a disponibilidade, a inspiração, as oportunidades, a confiança, a amizade, a grande humanidade e os incontáveis incentivos que me proporcionou ao longo destes dois anos em que primeiro me ensinou e depois me orientou. Agradeço igualmente ao Professor Fernando Humberto Serra cuja qualidade do pensamento é sempre uma inspiração.

Um agradecimento muito especial à Escola Secundária de Odivelas, na pessoa do Sr. Subdirector Professor Jorge Dias, que entendendo a pertinência da ideia me proporcionou, com a sua peculiar simpatia e disponibilidade, todas as condições de trabalho e de acesso aos dados necessários.

Ao Professor Doutor Fernando Luís Machado, à Professora Doutora Sandra Mateus e à Professora Doutora Celeste Quintino pelas suas disponibilidades em me conceder tempo nas suas preenchidas agendas profissionais, que contribuíram significativamente para a minha visão actual da investigação em ciências sociais, pelo que lhes gostaria de deixar aqui o meu agradecimento. A sua importância vai muito para além das referências bibliográficas que inclui na tese.

O meu universo familiar possibilitou-me realizar esta tese, rodeado de um apoio que só uma família pode dar. Ao meu pai, meu grande ídolo, à minha mãe e aos meus irmãos, muito, muito obrigado por serem como são.

À minha incansável e linda esposa, Dalanda Djaló Fati, por todos os sacrifícios a que te dispuseste para me possibilitar levar este empreendimento avante. O meu eterno amor e gratidão pela magnífica Mulher e Ser Humano que és. Sem ti nada seria igual. Obrigado!

Às minhas filhas, Diana Fatumata Binta e Dalila Djamila, vocês são a força inspiradora e extra motivacional que move esta minha máquina. Continuem eternamente as minhas princesas!

Por fim, um muito obrigado à Maria Almeida, amiga e família, que pacientemente me ajudou a reflectir sobre as diversas adversidades que se foram somando durante o percurso desta dissertação.

## RESUMO

O tema central desta investigação é a análise das trajectórias pessoais e escolares dos descendentes de imigrantes africanos provenientes da Guiné-Bissau. Com base nesse intuito, realizou-se uma análise das trajectórias migratórias, educativas e sociais dos progenitores de cada um dos nossos entrevistados, visando entrecruzar essas trajectórias com as vivências pessoais e escolares de cada um dos jovens entrevistados a fim de entender em que medida as trajectórias de uns influenciam e condicionam as trajectórias dos outros.

Adicionalmente, esta investigação visou: a) Analisar se o desempenho escolar dos descendentes se prende com a condição sócio-educativa dos seus progenitores; b) Analisar as redes de sociabilidade e práticas culturais dos descendentes de imigrantes guineenses; c) Analisar os discursos relativos à identidade e percepção da discriminação social e racial destes jovens; d) Identificar a existência de perfis de jovens cujas características emanem das dimensões anteriores.

A investigação sustentou-se numa abordagem qualitativa, com recurso a relatos pessoais e subjectivos de histórias de vida obtidos através de entrevistas semi-estruturadas. Assim, com os dados obtidos procedeu-se à descrição das trajectórias migratórias dos progenitores, à caracterização do desempenho escolar dos jovens, à caracterização socioeconómica dos seus agregados familiares, identificaram-se as modalidades de integração social, isto é, se os seus estilos de vida são mais próximos ou mais distantes à sociedade portuguesa, ao nível familiar e individual, e procurou-se verificar a existência ou não da percepção da discriminação racial.

**Palavras-chave:** Segunda Geração, Guineenses, Identidade, Descendentes de Imigrantes, Trajectórias, Juventude, Etnicidade e Discriminação.

## ABSTRACT

The central theme of this investigation is the analysis of the personal and educational trajectories of descendants of African immigrants from Guinea-Bissau. Based on this, there was an analysis of migration, educational and social trajectories of the parents of each of our respondents, aiming interlacing these trajectories with personal and scholar experiences of the young people interviewed in order to understand how the trajectories of the first influence and determine the trajectories the seconds.

Additionally, the research also aimed: a) To analyze if the academic performance of descendants is linked to the socio-educational status of their parents; b) To analyze the social networks and cultural practices of the descendants of Guinean immigrants; c) To analyze the discourse on identity and the perception of social and racial discrimination of these young people; d) To identify the existence of some profiles of these young descendants whose characteristics emanate from the previous dimensions.

The research was sustained on a qualitative approach, using personal and subjective reports of life stories obtained through semi-structured interviews. With the data, we have proceeded to the description of the migratory trajectories of the parents, the characterization of school performance of young people, the socio-economic characterization of their households, identified the forms of social integration, that is, if their life-style was closer or more distant to the Portuguese society, at family and individual level, and sought to ascertain whether or not the perception of their identity and racial discrimination.

**Keywords:** Second Generation, Guineans, Identity, Immigrant Descendants, Trajectories, Youth, Ethnicity.

## ÍNDICE GERAL

Agradecimentos.....	I
Resumo.....	II
Abstract.....	III
Índice.....	IV
Índice de Figuras.....	VI
Índice de Quadros.....	VI
Índice de Siglas.....	VII
Introdução.....	1
Capítulo I - A COMUNIDADE GUINEENSE EM PORTUGAL.....	3
1.1. A Imigração Guineense em Portugal.....	3
1.1.1. Primeira Vaga.....	4
1.1.2. Segunda Vaga.....	7
1.1.3. Terceira Vaga.....	12
1.2. Guineenses entre a População Estrangeira em Portugal e Perfil Sociodemográfico.....	14
1.3. Distribuição Geográfica da Comunidade Guineense.....	16
Capítulo II – A SEGUNDA GERAÇÃO EM PORTUGAL.....	20
2.1. O Conceito de Segunda Geração.....	20
2.2. Segunda Geração em Portugal.....	25
2.3. Juventude e Diversidade na Segunda Geração.....	27
2.4. Trajectórias Sociais e Desempenho Escolar.....	31
2.5. Identidade na Segunda Geração de Imigrantes Africanos.....	38
Capítulo III – METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO.....	39
3.1. Enquadramento Metodológico.....	39
3.2. Questões e Objectivos.....	40
3.3. População-Alvo.....	41

3.4. Entrevistas Semiestruturadas.....	41
3.5. Limitações à Investigação.....	42
Capítulo IV – ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	44
4.1. Trajectória Migratória da Família e Enquadramento Socioeducativa e Profissional.....	44
4.2. Modelo Familiar e Estratégias Educativas.....	47
4.3. Experiências e Expectativas Escolares .....	51
4.4. Filiações Identitárias e Processos de Estigmatização e Discriminação .....	53
4.5. Práticas Culturais e de Sociabilidade.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
BIBLIOGRAFIA.....	63
ANEXOS.....	72
ANEXO I – Guião de Entrevista.....	73
ANEXO II – Consentimento Informado.....	75
ANEXO III – Declaração de Autorização de E. S. Odivelas.....	76

## ÍNDICE DE FIGURAS

Gráfico 1 – Evolução da imigração guineenses em Portugal, 1986-1996.....	9
Gráfico 2 – Evolução da população guineense em Portugal, 2000-2015.....	14
Gráfico 3 – As 10 Nacionalidades mais representativas.....	15
Gráfico 4 – Idade média da população estrangeira, por nacionalidade.....	17
Gráfico 5 – Estado Civil da população estrangeira em Portugal.....	18
Gráfico 6 – Proporção do estado civil solteiro por nacionalidade.....	18

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Ano de chegada a Portugal.....	7
Quadro 2 – Composição profissional dos imigrantes e da população portuguesa (1986 e 1995).....	10
Quadro 3 – Situação na profissão dos imigrantes e da população portuguesa (1995).....	12
Quadro 4 – Síntese da condição de sociodemográfica da comunidade guineense em Portugal 1986 a 2011.....	19
Quadro 5 – Sucesso escolar por escolaridade dos pais e a ascendência.....	35
Quadro 6 – Trajectória Migratória e Enquadramento Socioeducativo e profissional dos progenitores.....	44
Quadro 7 – Condição Familiar e estratégias educativas.....	48
Quadro 8 – Percepção Identitária e da Discriminação.....	54

## ÍNDICE DE SIGLAS

**CEE** – Comunidade Económica Europeia

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**INE** – Instituto Nacional de Estatística

**OCDE** – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

**ONU** – Organização para as Nações Unidas

**PALOP** – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

**SEF** – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

## INTRODUÇÃO

O tema que nos propusemos tratar no âmbito da pesquisa conducente à dissertação de mestrado em Sociologia é o da segunda geração, mais concretamente, a segunda geração de imigrantes provenientes da Guiné-Bissau. Um dos motivos para a realização deste estudo, deve-se ao facto do autor ser imigrante de segunda geração, que ao longo do seu percurso social e escolar se foi questionando sobre as facilidades ou dificuldades vivenciadas por outros estudantes, com o mesmo perfil, nas suas trajectórias sociais, escolares e familiares e de que modo e em que medida esses factores interferiam no seu processo identitário pessoal.

Procurou-se com este trabalho compreender e analisar: o modo e o momento em que os seus progenitores chegaram a Portugal, verificar se os seus desempenhos escolares e projectos de vida estariam relacionados com a condição sócio-educativa dos seus progenitores, como são constituídos os seus grupos de pares e quais os seus costumes e práticas culturais, bem como conhecer os seus *pontos-de-vista* relativamente às suas filiações identitárias e ao fenómeno da discriminação e do racismo.

Num mundo cada vez mais global, é nosso entendimento que as migrações representam um tema de particular pertinência e, nesse âmbito, os descendentes de imigrantes assumem especial relevância para a nossa curiosidade intelectual. Num universo global torna-se importante compreender que nem todos são iguais ou têm o mesmo tratamento. Desde logo porque persistem os discursos dicotómicos que evidenciam o “nós” e os “outros”, os de “cá” e os de “lá”, os “ricos” e os “pobres” os “brancos” e os “pretos”. Ora, a denominada segunda geração é um grupo de indivíduos que não se configura plenamente como “os de lá” mas que diversas vezes experiencia tratamentos e sentimentos de *quase-plena* inclusão, remetendo muitas vezes para uma verdadeira exclusão, sendo considerada como “de fora”. E, assim, nesta ambiguidade de posicionamento e identificação vão-se gerindo as trajectórias sociais e escolares dos jovens descendentes de imigrantes, com constantes dilemas e conflitos *sociopsicológicos* e identitários, à procura de uma integração plena, com o benefício do melhor de *dois mundos*.

Trata-se, portanto, de um estudo de carácter exploratório, centrado nos descendentes de imigrantes a frequentar a Escola Secundária de Odivelas, no qual se pretendem alcançar os seguintes objectivos: a) Compreender as trajectórias migratórias dos progenitores; b) Analisar se o desempenho escolar dos descendentes se prende com a condição sócio-educativa dos seus progenitores; c) Analisar as redes de sociabilidade e práticas culturais dos descendentes de imigrantes guineenses; d) Analisar os discursos relativos à percepção da identidade pessoal e à discriminação social e racial destes jovens; e) Identificar a existência de perfis de jovens cujas características emanem das dimensões anteriores. Em função disso, interessou-nos responder às seguintes questões de partida: O momento e o modo como estas famílias chegaram a Portugal é factor diferenciador entre si? Em que medida o nível de escolarização dos progenitores afecta e influencia as trajectórias escolares destes alunos? Será que ter uma rede social mais inter-étnica contribui para um melhor desempenho escolar? Estará a percepção do racismo por parte de estes jovens condicionada pelos seus grupos de pares e redes sociais envolventes?

O presente estudo divide-se em quatro capítulos. No primeiro capítulo desenvolvemos uma revisão histórica sobre o processo migratório do povo da Guiné-Bissau, desde as suas migrações internas às suas migrações internacionais. No capítulo II realizamos uma análise conceptual sobre o conceito de segunda geração centrado na juventude. Esta análise incide, em particular, sobre o processo de construção da identidade, as culturas juvenis e ainda sobre o desempenho escolar dos descendentes de imigrantes. No capítulo III apresentamos a metodologia desenvolvida, a caracterização da população-alvo e descrevemos as técnicas e os instrumentos utilizados. O capítulo IV destina-se à análise e interpretação dos dados recolhidos nas entrevistas, em cada uma das dimensões especificadas. Terminamos com as considerações finais, onde identificamos dois perfis de descendentes de imigrantes guineenses e apresentamos algumas sugestões que podem ter interesse para futuras investigações sobre esta comunidade em Portugal.

## CAPÍTULO I – A COMUNIDADE GUINEENSE EM PORTUGAL

### 1.1. A Imigração Guineense em Portugal.

Falar da comunidade guineense em Portugal implica, inevitavelmente, analisar os seus processos de mobilidade, ou seja, as suas dinâmicas e trajectórias migratórias internas e internacionais, para melhor se compreender a sua chegada a Portugal. Apesar de serem escassos, existem alguns estudos nacionais sobre a tradição migratória do povo da Guiné-Bissau (Abreu, 2011; Có, 2003, 2011; Machado, 1998, 2002; Nóbrega, 2003; Quintino, 2004).

A Guiné-Bissau é um país de dimensão reduzida, inserido no espaço geopoliticamente designado de África Ocidental, e divide-se em duas componentes distintas: uma parte continental e uma parte insular, o arquipélago dos Bijagós, constituído por mais de oitenta ilhas e ilhéus.

O território da actual Guiné-Bissau sofreu diversas e profundas recomposições sociais e populacionais ao longo do tempo, resultantes de expansões guerreiras dos seus dois grandes grupos etnolinguísticos, e que constituem a maioria da população islamizada deste país. A primeira destas expansões foi do grupo *mandinga*<sup>1</sup>, cuja presença neste território remonta ao séc. XIII. A segunda expansão foi levada a cabo a partir do séc. XVIII, pelos *fulas*<sup>2</sup> oriundos da região *Futa Djallon* (na actual Guiné-Conacri) e envolveu a subjugação e conversão, em alguns casos, de grupos pré-existentes – incluindo *mandingas* derrotados na batalha de *Kansala*<sup>3</sup> em 1868 – (Pélissier, 1989 citado por Abreu, 2011:147). Por esta razão, entre outras, refere Nóbrega (2003), a Guiné-Bissau enquanto nação, apresenta uma particularidade invulgar: congrega num espaço pequeno uma enorme variedade de culturas e povos, que lhe confere um mosaico

---

<sup>1</sup> Os grupos étnicos Mandinga estão, historicamente, ligados ao Império do Mande, fundada no séc. XIII por *Sunjata Keita*. Na Guiné-Bissau, os Mandinga são hoje o quarto maior grupo étnico, perfazendo 13% da população e, desenvolvem actividades de agricultura de subsistência, comércio, ensino do Corão e como curandeiros. Apesar de viverem em todo o país, há uma grande concentração na zona Leste e na zona Oio (Wright, 2010).

<sup>2</sup> O grupo étnico Fula forma cerca de 20% da população. São descendentes de povos nómadas do norte de África e África Sub-sahariana, tendo sido dos primeiros povos a converter-se ao Islamismo. São hoje um grupo bastante heterogéneo devido à mistura e integração de outros povos ao longo do tempo.

<sup>3</sup> Guerra entre Mandingas e Fulas, com vitória dos Fulas e conquista das terras Mandingas, no séc. XIX.

étnico diverso e rico, sendo frequente encontrarem-se povos de língua e costumes totalmente diferentes, separados apenas por uma estreita ria ou uma pequena mata.

Assim, a história da dinâmica dos fluxos migratórios guineenses testemunha mobilidades internas, regionais e internacionais, datadas de há muito tempo. Das expansões *mandingas* e *fulas* no último milénio à migração *manjaca*<sup>4</sup> para França ao longo do último século, à consolidação de um sistema migratório pós-colonial com destino a Portugal, até à recente diversificação dos contextos de acolhimento da diáspora – utilizando-se alguns países europeus como destinos de re-emigração, nomeadamente, Alemanha, França, Luxemburgo e Reino Unido – a migração humana interna da Guiné-Bissau e para o seu exterior tem moldado e sido moldada por interesses económicos, guerras civis e oportunidades concedidas pelas redes e políticas migratórias (Abreu, 2011; Có, 2011:132). Tal como Abreu (2011), admitimos, também, que a população da Guiné-Bissau possui uma história de mobilidade muito antiga e diversa, associado a um vasto conjunto de determinantes, ao qual se sobrepuseram novas dinâmicas, novos constrangimentos e novas oportunidades, tais como, o contributo das redes migratórias e das associações na diáspora, que atraíram para vários países de destino a mobilidade dos migrantes.

#### 1.1.1. Primeira Vaga de imigração guineense

O final da década de 50 marcava o continente africano com diversos processos de auto-proclamação/descolonização de algumas nações africanas. Na Guiné-Bissau, a greve dos trabalhadores do porto de Bissau, de estivadores e marinheiros, por motivos de aumento salarial, foi violentamente reprimida pelas autoridades coloniais, ficando esse acontecimento conhecido como o “massacre de *Pindjiguiti*”, a 3 de Agosto de 1959, marcando o início da luta de libertação da Guiné-Bissau. Será na sequência e da consequência deste processo que o colonizado e o colonizador, entenda-se, Guiné-Bissau e Portugal, darão início ao deslocamento de indivíduos de um espaço geográfico para o outro. Numa fase pré-conflitual e durante a própria guerra colonial os

---

<sup>4</sup> Etnia Manjaca ou Mandjaco, são um grupo étnico que habita as ilhas de Pecixe e Jata e as margens do Rios Cacheu e Geba, na Guiné-Bissau. Reconhecido como o primeiro povo a aventurar-se em imigrações internacionais, após imigrações externas à Guiné-Bissau, para Senegal e Gâmbia (Machado, 1998:10); Religião: Animista e Cristã.

movimentos serão de uma natureza (na condição de estudantes ou turismo) e após a luta de libertação, verificar-se-ia o formal processo de imigração (migrantes à procura de melhor condição de vida).

Relativamente à migração para Portugal, os estudos desenvolvidos apontam para **três momentos** migratórios: o **primeiro** imediatamente após o fim da guerra colonial; o **segundo** em meados dos anos oitenta (Machado, 1998, 2002; Quintino, 2004; Godinho, 2009; Abreu, 2011 e Có, 2001); e uma **terceira grande vaga**, que manteve o fluxo dos imigrantes económicos e acrescentou uma nova categoria de migrantes guineenses, (os refugiados) devido ao conflito político-militar que assolou o país durante dois anos (1998 e 1999), opondo as forças armadas guineenses aos apoiantes do Presidente Nino Vieira, que contou com o auxílio dos exércitos do Senegal e da Guiné-Conacri, desencadeando um abrupto movimento populacional para fora da Guiné (Abreu, 2011:153; Có, 2011).

Os motivos invocados na entrada dos guineenses em Portugal são vários: imigração laboral, reagrupamento familiar, estudos, estágios, missões oficiais, e mesmo para tratamento médico ou visitas de turismo. As dificuldades colocadas na obtenção de autorizações de residência levam muitos imigrantes, numa primeira fase, a fixarem-se em Portugal como imigrantes clandestinos. A entrada em Portugal é, igualmente, um meio para re-emigrar para outros países europeus, onde o mercado de trabalho é mais auspicioso e onde é possível obter-se melhores salários (Borges, 2010: 9-10).

A escolha de Portugal, prende-se, entre outras razões, com questões de afinidades culturais e linguísticas, sendo o país que se posiciona como destino preferencial dos guineenses: “correntes migratórias em geral dirigem-se de países periféricos para aqueles países centrais com os quais possuem maiores vínculos históricos e que são normalmente responsáveis pela difusão de novos desejos e aspirações” Portes (1999:3). Segundo uma lógica de proximidade histórica e linguística, verifica-se que enquanto os migrantes cabo-verdianos e guineenses se dirigem preferencialmente para **Portugal**, os da Costa do Marfim, Benin, Mali e Togo rumam a **França** e os da Nigéria e Serra Leoa em direcção ao **Reino Unido**. Estas deslocações nem sempre são

directas, já que incluem, por vezes, passagens por países terceiros quer em África, quer no continente Europeu (Machado, 1998:14).

Deste modo, os *primeiros movimentos migratórios*, unidireccionalmente para Portugal, ocorrem nos anos imediatamente posteriores à independência até ao princípio da década de oitenta, na sequência da guerra colonial e o regresso de colonos expatriados, com os quais vieram também os designados luso-guineenses (Machado, 1998, 2002), grupo pertencente à “*sociedade crioula*” de Bissau, e detendo um estatuto social relativamente elevado e com ligações à antiga administração colonial” (Machado, 2002:151). Nesta primeira vaga, o grupo de guineenses que chega a Portugal, é, como já foi referido, na sua maioria *luso-guineenses*, (Machado, 1988) ou seja, guineenses de nacionalidade portuguesa. Na realidade este efectivo corresponde a indivíduos de ascendência europeia, nascidos em famílias portuguesas radicadas na Guiné-Bissau durante a época colonial, embora este número fosse diminuto em comparação com as colónias de povoamento de Angola e Moçambique (Machado, 1994). Até à chegada desta *primeira vaga*, existia em Portugal, uma comunidade guineense residual, não chegando mesmo aos dois milhares (Machado, 1998).

Segundo Machado, os guineenses residentes em Portugal no início da década de 80 caracterizavam-se por: “um equilíbrio entre os géneros, bastantes idosos e muitas crianças. Relativamente poucos activos, número elevado de estudantes e uma estrutura de classes onde predominavam as camadas médias” (Machado, 2002:84). Contrariamente à comunidade cabo-verdiana – considerado o primeiro contingente de imigrantes africanos a chegar em massa a Portugal na década de 60 – os imigrantes guineenses só chegam em massa a Portugal depois de 1984, sendo que nessa altura já 65% dos luso-guineenses viviam em Portugal, desde antes de 1974 (Quadro 1).

## Quadro 1.

### Ano de chegada a Portugal dos imigrantes guineenses

	Antes de 1974	De 1974 a 1979	De 1980 a 1984	De 1985 a 1990	Depois de 1990	TOTAL
Luso-guineenses	11,4	25,7	27,6	31,4	3,8	100,0
Guineenses	0,3	3,4	9,8	62,1	24,4	100,0

Fonte: Machado (1998:18)

Com efeito, merece aqui ser feita uma nota adicional. Durante a década de 70 e 80, emergiu uma subcategoria de migração internacional guineense, no período pós-independência, e que persistiu até à actualidade: **migração de estudantes**, realizada no âmbito de acordos de cooperação intergovernamental. Numa fase inicial os países da ex-União Soviética assumiram um papel preponderante a este nível. Mais tarde, esta migração de estudantes diversificou-se para Portugal, Alemanha, Brasil, Itália, Cuba e Marrocos, entre outros, passando a integrar esse grupo de importantes parceiros internacionais da Guiné-Bissau, no contexto deste tipo de acordos educativos (Abreu, 2011:153).

#### 1.1.2. Segunda Vaga de imigração guineense

A **segunda vaga** é composta por imigrantes guineenses e tem início em meados de 1985 até meados de 1995 (Machado, 1998; Abreu, 2011; Có, 2011). Machado (1998), refere mesmo que, enquanto migração intercontinental, a migração dos anos 80 e 90 para Portugal não tem precedentes na história da Guiné-Bissau (Hochet, 1983; Galli e Jones, 1987, citados por Machado, 1998:9). Este grupo de migrantes já não se inseria na mesma categoria do *primeiro* grupo, cuja vinda teve como principal motivador as questões de ordem política, em face da mudança de regime que ocorreu com a auto-proclamação da independência, em Setembro de 1973. Este grupo de imigrantes estende-se a diversos sectores e etnias guineenses e enquadra-se nos fluxos de imigração laboral ou económica com vista a se integrarem no mercado de trabalho (Có, 2011; Machado, 1998).

Segundo Machado, a distinção entre estes dois grupos incide no facto: “de os luso-guineenses, tal como acontece com os luso-africanos em geral, terem em Portugal uma condição social que contrasta bastante “*para cima*” com a dos imigrantes, diferença que decorre não só da posse de nacionalidade portuguesa, mas da origem social e do estatuto que uns e outros detinham já na sociedade de partida” (Machado, 1998:11). Tal significa que se à partida já se é diferente, essas diferenças poderão potenciar os contrastes no destino, ao nível da integração social (hábitos e costumes) e profissional (sectores profissionais, condição laboral), por exemplo. Mais ainda, este grupo de imigrantes guineenses, é fundamentalmente, composto por sujeitos de camadas médias urbanas, escolarizadas e assalariadas que se viram expostas a uma degradação económica nacional e um processo rápido de pauperização (Cardoso, 1994 citado por Machado, 1998:13). Esta ideia já foi reforçada, anteriormente, por A. Portes: “determinantes da emigração não radicam na pobreza ou nas diferenças absolutas de salários entre países receptores e emissores. Os mais pobres raramente emigram; fazem-no aqueles sectores de certos recursos mais afectados pela disparidade dentro do país de partida entre expectativas de vida e os meios económicos para os alcançar” (Portes, 1999:3).

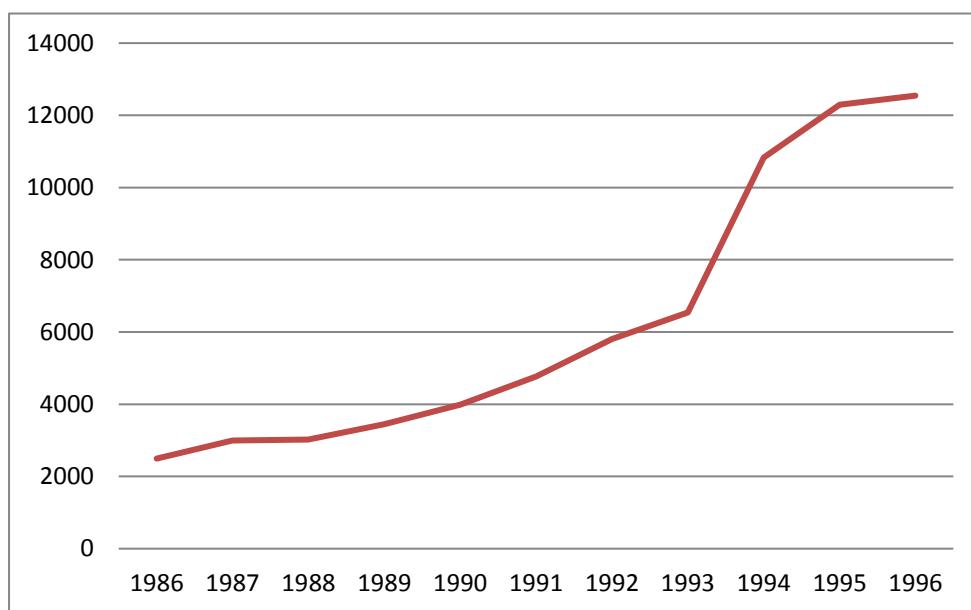
De facto, se por um lado uma das razões para a decisão de emigrar se encontra nas dificuldades económicas e laborais no país de origem, por outro lado, a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986, a que através dos fundos comunitários originou um grande dinamismo na construção civil e nas obras públicas, gerando necessidade de mão-de-obra em Portugal, traduziu-se num enorme impulsionador deste fenómeno migratório guineense (Machado, 1997). A este respeito e, ainda, no seguimento das diferenças entre luso-guineenses e guineenses imigrantes, é importante salientar que a generalidade dos luso-guineenses mantém o seu estatuto ou melhora-o, como por exemplo, no caso dos professores, que muitas vezes progridem nas carreiras em Portugal. Contudo, a generalidade dos imigrantes não segue essa mesma regra, pelo contrário, vivem uma experiência de ruptura profissional, passando a desempenhar actividades profissionais desqualificadas na construção civil, no caso dos homens (muitas vezes motivadas pela necessidade de sobrevivência e de projectos de escala temporária) e, na hotelaria, restauração e

serviços pessoais e domésticos, no caso das mulheres. Excepção feita às enfermeiras, que na generalidade conseguem manter o estatuto profissional, apesar de serem imigrantes (Machado, 1998:38; Có, 2003).

Na década correspondente ao período atrás designado por *segunda vaga* de imigração guineense, a comunidade cresceu acentuadamente em Portugal, sendo mesmo a comunidade com maior crescimento, em termos relativos, passando da décima posição das populações estrangeiras mais numerosas, para o quarto posto (Machado, 1997). A Figura 1 ilustra o volume de crescimento anual dos cidadãos de nacionalidade guineense recenseados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

**Figura 1**

Evolução da imigração guineense em Portugal, 1986-1996 (a Década correspondente à Segunda Vaga)



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Como já foi referido, antes de 1986, a imigração guineense tinha uma expressão quantitativa muito reduzida. Segundo os dados do recenseamento Geral da População de 1981, os cidadãos guineenses residentes em Portugal eram somente 1121, a mais pequena das populações estrangeiras provenientes de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), (Machado, 1998:15). Por mais rigorosos que possam ser os dados do SEF nessa altura, é fundamental ter em conta que o número real dos

imigrantes guineenses considerados no ano de 1996 peca por defeito (como aliás, para os imigrantes em geral), por variadíssimas razões, sendo uma delas a existência de imigrantes que permanecem no país sem autorização de residência (imigrantes ilegais) e que não entram por isso nos dados oficiais (Machado, 1998). No quadro 2 podemos observar a distribuição do contingente populacional guineense residente em Portugal entre 1986 e 1995 segundo as composições profissionais:

### Quadro 2.

Composição profissional dos imigrantes e da população portuguesa (1986 e 1995)

Origem	Directores e Quadros Dirigentes		Prof. Técn. e Científicos		Trab. Adm. do Comérc. E Serviços		Trabalhadores Agrícolas		Outros		Total
	1986	1995	1986	1995	1986	1995	1986	1995	1986	1995	
<b>Total</b>	5,2	5,7	24,1	23,4	18,3	20,0	2,6	1,3	49,8	49,6	100
<b>Estrangeiros</b>											
<b>Guineenses</b>	0,4	0,7	16,6	6,0	11,4	11,4	4,4	1,2	67,2	81,2	100
<b>Portugueses (*)</b>	4,3		13,1		33,0		10,5		39,1		100

Fonte: Fernando Luís Machado (1999:69)

(\*) dados do Recenseamento Geral da população de 1991

Da análise dos dados do quadro 2, verificamos que na década considerada o número de imigrantes guineenses em funções directivas é residual se comparado tanto com os estrangeiros em Portugal, como os portugueses. Por outro lado, os profissionais técnicos e científicos apresentam uma queda acentuada entre 1986 e 1995 (menos 10,6 pontos percentuais), provavelmente devido ao facto de na 1ª fase da *segunda vaga*, em meados da década de 80, os imigrantes guineenses serem essencialmente compostos por camadas urbanizadas e escolarizadas da sociedade guineense, que detinham recursos e possibilidades de procurar uma vida melhor fora da Guiné-Bissau. Ainda, de referir que eram, na sua maioria, funcionários assalariados da Administração Pública, cujo colapso devido à crise de 1983 (Cardoso, 1994) os obrigou a procurar melhores condições de vida através da emigração.

Relativamente aos guineenses integrados em trabalhos agrícolas (4,4% em 1986 e 1,2 em 1995), pode-se assumir que tal se deve ao facto de a década de 1990 ter sido fortemente marcada em Portugal pela construção e obras públicas, motivada pelos

fundos da CEE. Como tal, o aumento da procura de mão-de-obra na construção civil motivou, paralelamente, a diminuição na mão-de-obra na agricultura. Mais ainda e tendo presente que os fundos europeus suscitaram a redução de muita produção agrícola em Portugal, esta redução do número de guineenses neste sector parece-nos perfeitamente enquadrada no contexto económico dessa época. Assim, o sector da construção civil, registou uma expansão sem precedentes até meados dos 2000, tendo sido responsável, ao longo dessas duas décadas, pela incorporação de dezenas de milhares de migrantes guineenses (Abreu, 2011:153).

Curiosamente, o número dos trabalhadores administrativos e do comércio e serviços manteve-se igual nos dois períodos em análise. A composição profissional designada por “*outros*” incluirá, provavelmente, ramos de actividade tais como, hotelaria, serviços domésticos, construção civil e afins – trabalhos habitualmente destinados a imigrantes não-qualificados – comportando a maior concentração desta população, em 1986 com 67,2%, ocorrendo um aumento assinalável de cerca de 15 pontos percentuais em 1995. O que daqui se poderá depreender é que, embora muitos imigrantes da *segunda vaga* fossem quadros médios, assalariados e mesmo com formação superior, uma vez chegados ao destino ocorria uma ***mobilidade descendente***, isto é, não conservavam os estatutos profissionais e sociais que tinham na sociedade de origem. Uma das razões apontadas para este fenómeno é a seguinte: “Devido à necessidade de sobrevivência, e de projectos de escala temporária, a fim de regressarem ao país de origem, muitos quadros médios e superiores formados no Leste Europeu (em Países Socialistas como a antiga URSS e Cuba) tiveram que se enquadrar neste mercado secundário da construção civil e obras públicas” (Có, 2011:133).

No quadro 3 é apresentada a situação na profissão dos imigrantes guineenses comparativamente à população portuguesa. Assim, e na sequência do que foi referido anteriormente, reforça a ideia de subalternidade por parte dos imigrantes guineenses em 1995, quando se verifica que mais de 95% da comunidade trabalhava por conta de outrem. De salientar, ainda, o facto de apenas uma décima da população trabalhar por conta própria. Por outro lado, a categoria de “patrões” regista 4%, o que poderá,

provavelmente, equivaler aos subempreiteiros da construção civil, área onde se sabe ter existido iniciativas empresariais da parte de membros da comunidade guineense.

### Quadro 3.

Situação na profissão dos imigrantes e da população portuguesa (1995).

Origem	Patrões	Trab. Conta Própria	Trab. Conta Outrém	Outro	Total
<b>Total</b>	18,8	0,7	80,3	0,2	100
<b>Imigrantes</b>					
<b>Guineenses</b>	4,0	0,1	95,7	0,2	100
<b>Portugueses</b>	6,4	15,5	76,9	1,2	100

Fonte: Fernando Luís Machado (1999:69)

Esta situação não evoluiu muito em 2011. De facto, e com base nos dados dos Censos de 2011 apresentados na caracterização da população estrangeira a residir em Portugal, (Delgado, et al., 2011:45-47), a população guineense apresenta perante a situação na profissão uma modalidade de trabalho por conta de outrem tal como ocorria em 1995.

#### 1.1.3. Terceira Vaga de imigração guineense

A **terceira vaga** de imigração guineense para Portugal a que se refere Có (2011) e Abreu (2011) foi a que resultou do conflito civil, também denominado “7 de Junho” de 1998 e que culminou em Maio de 1999. Este conflito, afectou as populações urbanas e os sectores envolvidos na economia informal, (tal como sucedeu com a crise económica no início da década de oitenta), dando origem à terceira vaga de emigração do povo guineense. O período do conflito civil afectou transversalmente a sociedade guineense e impulsionou para o exterior todas as classes sociais. A capital guineense foi o principal palco dos confrontos, o que causou a destruição das infra-estruturas existentes, muitas ainda da era colonial, fazendo com que muitos habitantes de Bissau se refugassem nas zonas rurais, gerando um fluxo inverso, a que poderíamos designar de *êxodo urbano*. Ainda durante este período, aqueles que detinham mais capital económico e social conseguiram mobilizar recursos e abandonaram o país (maioritariamente para Portugal), tendo aí permanecido mesmo após o término do conflito armado. Este movimento migratório assumiu, porém, contornos especiais,

pelo facto de ter sido motivada por uma guerra civil, sendo os migrantes designados de *refugiados* (Có, 2011).

A década de 2000 é marcada por uma mudança de paradigma migratório do povo da Guiné-Bissau, verificando-se a transição de um regime migratório assente em antigas ligações coloniais e pós-coloniais para outro bastante mais flexível, diverso e associadas a dinâmicas de curto prazo dos mercados de trabalho dos diferentes países de acolhimento (Abreu, 2011:153). Com efeito, se atentarmos à combinação de alguns factos circunstanciais tais como:

- 1) A obtenção da nacionalidade portuguesa<sup>5</sup> por parte dos migrantes residentes há longa data, facilitadora da mobilidade intra-europeia/mobilidade no espaço *Schengen*<sup>6</sup> e;
- 2) A desaceleração da economia em Portugal em meados da década de 2000, que afectou as oportunidades de trabalho para os estrangeiros em geral e os guineenses em particular;

Podemos compreender que o reajustamento das estratégias migratórias era uma consequência natural, donde resultou em muitos casos, o retorno ao país natal (Guiné-Bissau); em outros casos, a tentativa de inserção noutros segmentos do mercado de trabalho (serviço de segurança privada, fábricas e mesmo a agricultura, para citar alguns exemplos) e a re-emigração para outros contextos de acolhimento, com condições mais favoráveis, tais como Alemanha, Espanha, Luxemburgo e Reino Unido (Abreu, 2011:153).

---

<sup>5</sup> Lei Nº 37/81 de 3 de Outubro, com as alterações dadas pela Lei nº 25/94, de 19 de Agosto.

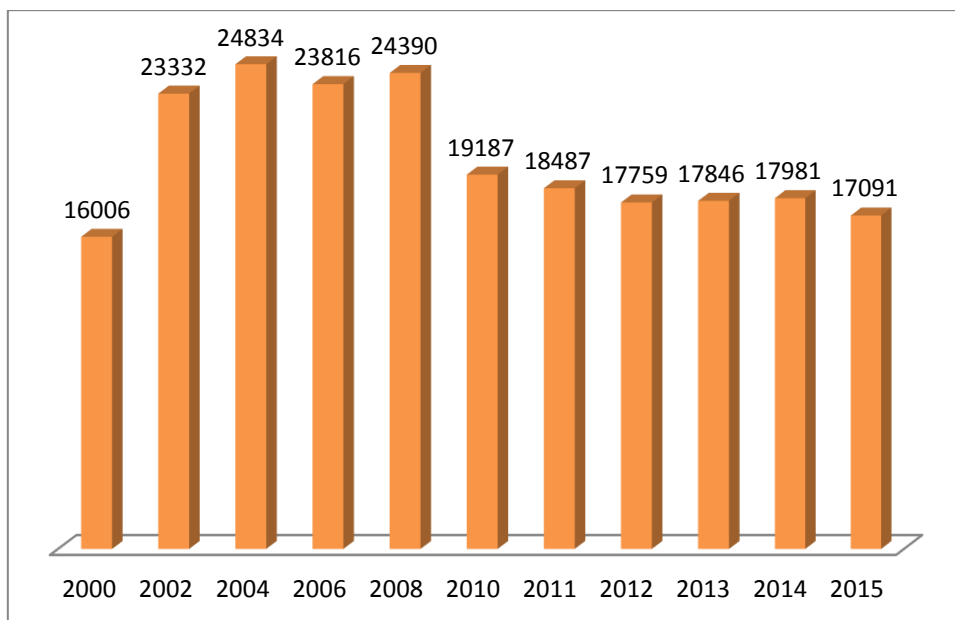
<sup>6</sup> O **Acordo de Schengen** é uma convenção entre países [europeus](#) sobre uma política de abertura das fronteiras e livre circulação de pessoas entre os países signatários.

## 1.2. Guineenses entre a População Estrangeira em Portugal

De acordo com os dados do **Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo de 2015** (Dias, et al., 2015:5), cujo objectivo é “fomentar o conhecimento sobre a realidade migratória nacional”, o número de estrangeiros residentes em Portugal, tem vindo a diminuir desde o ano de 2010, tendência afirmada em 2015 (Dias, et al., 2015:11). O número de cidadãos estrangeiros no ano de 2015 totaliza os **388.731** cidadãos. Este número era de **395.195** pessoas, de acordo com o RIFA 2014. Estes dados indicam que se consolidou a tendência de decréscimo do número de estrangeiros residentes, verificando-se uma redução de certas nacionalidades de países de língua oficial portuguesa (Delgado, et al., 2011:37; Dias, et al., 2015:12). Na Figura 2 apresentamos um gráfico que revela a evolução da população guineense entre os anos de 2010 a 2015.

**Figura 2**

Evolução da População Guineense em Portugal, 2000-2015.

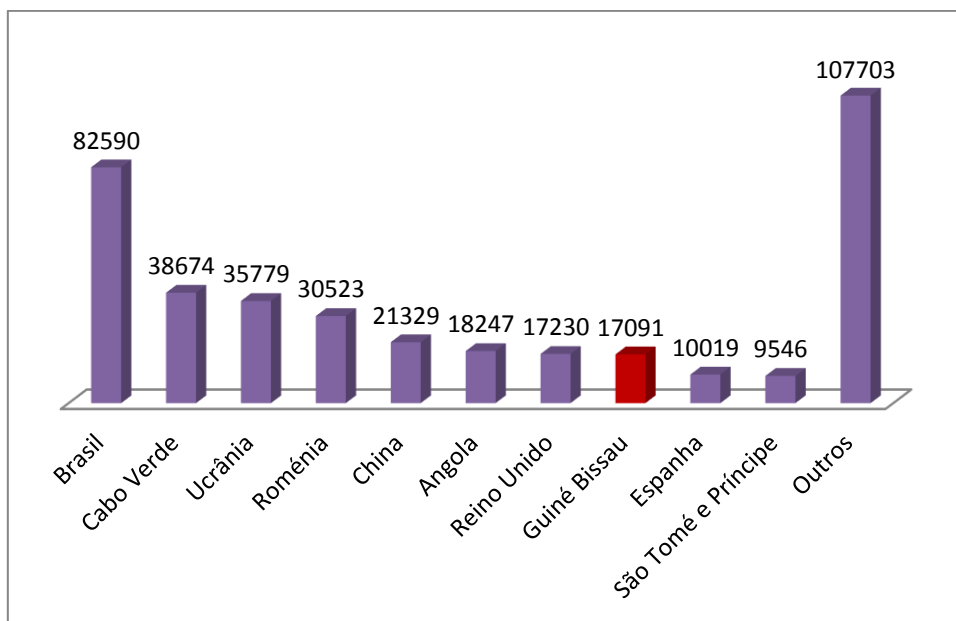


Fonte: SEF, 2015.

Da análise dos dados, pode observar-se um aumento significativo no início da década de 2000, nomeadamente entre o ano 2000 e 2002. Esse movimento ascendente desacelera ligeiramente nos dois anos seguintes (2002-2004), passando por uma pequena redução da população imigrante no ano 2006. Apesar de se verificar uma nova inversão, desta feita, ascendente entre o ano 2006 e 2008, a década de 2010 é visivelmente marcada por uma diminuição continuada da população guineense em Portugal, em conformidade com o que sucede em outras nacionalidades de países de língua oficial portuguesa (Dias, et al., 2015:9-10), entre os anos de 2010 e 2015, (Figura 3). Os dados parecem indicar uma evidente desaceleração do fluxo migratório provavelmente motivada pela crise económica e financeira cujos efeitos ainda se sentem no mercado laboral.

**Figura 3**

As 10 nacionalidades estrangeiras mais representativas em Portugal (2015)



Fonte: SEF, 2015.

A nacionalidade brasileira mantém-se como a principal comunidade estrangeira residente. Verifica-se uma redução da representatividade da população estrangeira oriunda de países de língua oficial portuguesa. Ainda de salientar que a população da Guiné--Bissau foi suplantada pelos cidadãos do Reino Unido, que passam a ocupar a sétima posição mais relevante, comparativamente ao ano de 2014.

### 1.3. Distribuição geográfica e perfil sociodemográfica da comunidade guineense

Apesar de relativamente dispersa pelo território nacional, a distribuição geográfica da comunidade guineense pelo território português segue o mesmo padrão das comunidades estrangeiras em geral, isto é, incide especialmente no litoral, onde reside cerca de 69,1% dos estrangeiros registados no SEF (Dias, et al., 2015:14). A este respeito, refere Fernando Luís Machado, a distribuição espacial dos imigrantes numa dada sociedade de acolhimento, revela assimetrias entre áreas urbanas e rurais, entre grandes e pequenas cidades, entre região da capital e o resto do território, entre região litoral e o interior, afirmando, mesmo, que aquilo que aparenta serem fluxos migratórios internacionais são, de facto, fluxos entre uma região (ou um país) de origem e uma específica região de chegada, particularmente atractiva (Machado, 1999:52).

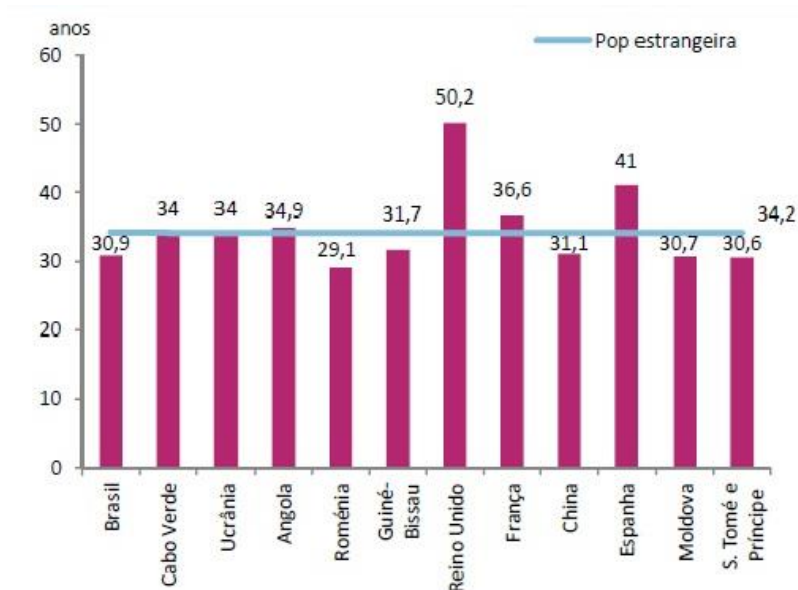
Através da análise de indicadores sociodemográficos dos Censos de 2011, constata-se que a comunidade guineense residente em Portugal se encontra na região de Lisboa e Vale do Tejo, com especial incidência nos municípios de Sintra e Amadora (37,3%) (Delgado, et al., 2011:38). Esta sedentarização da comunidade guineense foi já corroborada por Quintino (2004:27): “populações migrantes portadoras de culturas diferentes instalam-se, preferencialmente, nas áreas metropolitanas e periféricas da sociedade portuguesa”.

De acordo com os Censos de 2011, na comunidade guineense a proporção de género apresenta maior pendor para os homens, contrariando à actual proporção de género na população estrangeira, que é maioritariamente constituída por mulheres (Delgado, et al., 2011:40). A comunidade guineense tem uma média de idade de 31,7 anos,

sendo por isso considerada uma comunidade bastante jovem, em comparação com a média de idade dos portugueses, que se situa nos 42,1 anos de idade e o da restante comunidade estrangeira em 34,2 anos de idade (Figura 4).

**Figura 4**

Idade média da população estrangeira por nacionalidade, 2011.

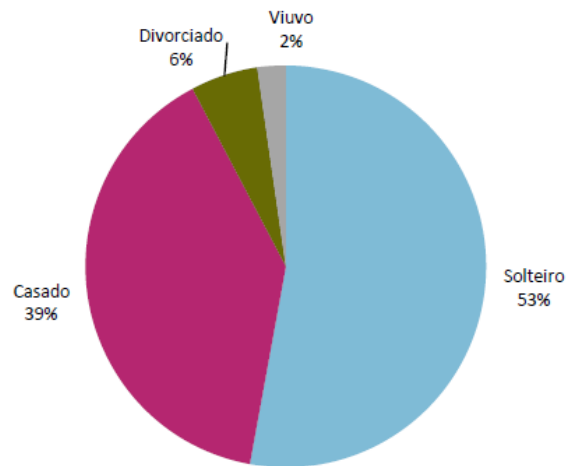


Fonte: INE, Censos 2011

Verifica-se, em relação à conjugalidade e estado civil, que a população estrangeira apresenta uma maior taxa de solteiros do que casados ou viúvos. Relativamente à população guineense, concretamente, os dados não apresentam o número específico de elementos com o estado civil casado, mas refere a “união de facto” com números expressivos, na ordem dos 41.1 pontos percentuais (ver Quadro 4) e a existência de uma das maiores taxas de solteiros de todos os PALOP (78,1%). Para este mesmo estado civil, a população portuguesa apresenta uma taxa situada nos 40% sendo que a média da população estrangeira residente em Portugal é de 53% (Figuras 5 e 6).

**Figura 5**

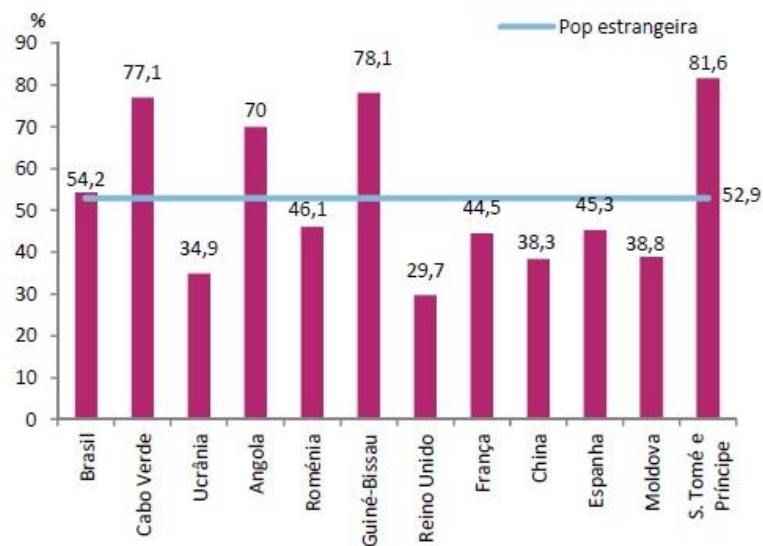
Estado Civil da população estrangeira em Portugal



Fonte: INE, Censos 2011

**Figura 6**

Proporção do estado civil solteiro, por nacionalidade, 2011.



Fonte: INE, Censos 2011

Relativamente ao nível da escolaridade, de um modo geral, a percentagem da população estrangeira recenseada em 2011 em idade activa que apresenta níveis de escolaridade inferior ao 3º ano do ensino básico, situa-se nos 28,2%, enquanto na população portuguesa, essa percentagem é superior (40%). Contudo, no que se refere à população guineense, esta é a segunda – a seguir a Cabo Verde – com a taxa mais alta de população com a escolaridade inferior ao 3º ano do ensino básico, revelando baixas qualificações. Relativamente à inserção sócio-laboral, verifica-se que a população guineense regista o maior peso de desemprego, em relação ao grupo de Países Africanos de Língua Portuguesa, 19,8% de desempregados, sendo os seus empregados principalmente enquadrados na área das Limpezas (22,9%). A quase totalidade da população guineense reside em alojamentos arrendados. A religião católica aparece como sendo a mais apontada para os cidadãos desta comunidade (Delgado et al., 2011:48) (Figura 7).

#### Quadro 4

Síntese da condição de sociodemográfica da comunidade guineense em Portugal (2011).

Comunidade Guineense	Idade Média	Est. Civil: Solteiro	Est. Civil: Casado	Est. Civil: União Facto	Escolaridade: inferior 3º Ano EB	Pop. Ativa	Desempregados	Principal Profissão: Trabalhador Limpezas
	31,7	78	ND	41,4	41,3	60,8	19,8	22,9

Fonte: Delgado et al., 2011.

## CAPÍTULO II – A SEGUNDA GERAÇÃO DE DESCENDENTES AFRICANOS EM PORTUGAL

### 2.1. O CONCEITO DE SEGUNDA GERAÇÃO

As tendências migratórias têm sofrido profundas alterações em todo o mundo e Portugal não foi excepção: de um país fortemente marcado pela emigração nos anos 60 e 70, Portugal tornou-se, essencialmente após a sua entrada na União Europeia (UE), num país muito procurado e atractivo, para se viver e trabalhar. Refere, a este respeito, o *Plano Estratégico para as Migrações – 2015-2020 da Resolução do Conselho de Ministros*: “Nesta nova realidade, o fenómeno migratório também se complexificou (...) as populações migrantes tornaram-se mais diversificadas em razão dos países de origem, da duração migratória e dos motivos para a imigração” (2015:2). Em consequência disto, aumentaram os descendentes de imigrantes nascidos em Portugal por força das facilidades introduzidas pela Lei da Nacionalidade (Lei nº 37/81, de 3 de Outubro), com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica nº 2/2006, de 17 de Abril.

Este movimento migratório intensivo – (agora em decréscimo) – teve início há cerca de três décadas, tendo na última década atingido “mais de 5% da população residente, o que faz de Portugal senão um grande, pelo menos um médio receptor (de imigrantes) no contexto europeu”, (Machado e Matias, 2006:3). Com o aumento da vaga de migrantes coloca-se a questão da sua sedentarização nos destinos de acolhimento e, no seguimento disto, levantam-se diversas outras questões de extrema importância, nomeadamente, as perspectivas de integração desses migrantes e de seus descendentes naqueles casos em que se formam gerações.

Estes novos cidadãos nacionais, os descendentes de imigrantes, são frequentemente designados de “*imigrantes de segunda geração*”, “*segunda geração de imigrantes*” ou, simplesmente “*segunda geração*”, tanto em discursos comuns como nos discursos científicos (Machado, 1994; Machado e Matias, 2006; Pires, 2009; Scaglione, 2010). Existe, ainda, a designação pela cor da pele, para os casos dos filhos dos imigrantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP): “jovens Negros” (Vala, Ferreira, Lima e Lopes, 2003; Domingos, 2015) ou “jovens negros portugueses” (Contador,

2001), alternativas de designação não satisfatórias, na medida em que tendem a ocultar outras características sociais dos indivíduos em causa (Machado e Matias, 2006:8). Estes autores acreditam que a utilização destas noções é redutora para os descendentes de imigrantes na medida em que, “significa transpor mecanicamente os termos em que se equaciona a situação dos imigrantes nas sociedades de acolhimento para os seus filhos, como se entre uns e outros houvesse apenas uma diferença de geração ou constituíssem uma mera réplica geracional dos pais, uma segunda edição” (Machado e Matias, 2006:8). De facto, existem descontinuidades intergeracionais, de cultura e de relações sociais, tal como existe entre quaisquer jovens e seus pais e mães (Machado e Matias, 2006:5-7). Os filhos de imigrantes não são imigrantes. Porém estas noções de designação existem, segundo Machado e Matias (2006:6), e importa conhecê-las:

- **Geração 1.5**, usada para designar filhos de imigrantes nascidos nos países de origem e que imigraram com os pais em idade de escolarizar (possivelmente entre os 6-8 anos);
- **Segunda Geração**, filhos de imigrantes nascidos nos países de *destino*;
- **Geração 2.5** é uma nova noção, constituída pelos filhos de imigrantes, com um dos progenitores nascidos no país de origem e o outro no país de *destino* (Ramakrishnan, 2004, citado por Machado e Matias, 2006:6);
- **Terceira Geração**, filhos de pai e mãe, ambos nascidos no país de *destino* (Ramakrishnan, 2004, citado por Machado e Matias, 2006:6).

Tendo em conta o nosso objecto de estudo, este trabalho privilegiará o grupo de jovens descendentes de imigrantes guineenses enquadrados nas designações: **Segunda Geração**.

Relativamente à *segunda geração*, Scaglione (2010) refere que o tema tem sido analisado, nas últimas décadas, tanto na Europa como nos Estados Unidos, sobretudo em estudos sobre migrações. Segundo a autora, nos países com tradição migratória a teorização sobre a integração e percursos destes jovens é considerável, porém nos países sem tradição migratória a sua teorização é bastante mais reduzida e limitada (2010:9). As mais proeminentes explicações giram em torno dos padrões de comportamento seguidos por estes jovens nos países de acolhimento dos seus pais. Das teorias existentes, destacam-se as seguintes: é inegável considerar o papel do norte-americano **Alejandro Portes** e investigadores a ele associados sobre descendentes de imigrantes (Portes e Zhou, 1993; Portes, 1995, 1996, 1999; Portes e Rumbaut, 2001; Rumbaut e Portes, 2001) que, baseando-se em diversos estudos extensivos conduzidos nos anos 90 nos EUA, desenvolveram a teoria da “**assimilação segmentada**”, que nos anos recentes tem sido também tomada como referência pelos investigadores europeus (AA VV, 2003; Meurs, Pailhé e Simon, 2005) (Machado e Matias, 2006:8).

De acordo com Portes, citado por Machado e Matias (2006), a designada “*nova segunda geração*” formada por descendentes das vagas de imigrantes sul-americanos e asiáticos chegados aos EUA em 1965, defrontou-se com condições de integração na sociedade norte-americana diferentes daquelas encontradas pelos descendentes das vagas de imigração mais antigas, dos finais do séc. XIX e início do séc. XX. Para Portes, os filhos dos primeiros imigrantes viveram um processo de assimilação linear em que através da adopção de valores, normas e práticas da sociedade de acolhimento, no curso de uma ou duas gerações estes indivíduos conseguiram uma mobilidade social ascendente e uma plena integração.

Contrariamente, os descendentes das novas vagas apresentaram processos integrativos diferentes, muitas vezes sendo exactamente o oposto. O autor salienta que, pode haver assimilação cultural, não havendo necessariamente integração social e que, pode dar-se o caso de a conservação das diferenças culturais proporcionar melhores oportunidades de progresso económico e social. Neste sentido, segundo o autor, não existe um único processo de assimilação linear, mas sim diversos processos

de assimilação segmentada em diferentes configurações sócio-familiares. Assim, segundo a perspectiva teórica de Portes (1991), citado por Machado e Matias (2006), a “nova segunda geração” pode percorrer três trajetórias alternativas:

- a) Padrão homogéneo tradicional de progressiva aculturação e integração na classe média branca;
- b) Mobilidade descendente e diluição na subclasse autóctone;
- c) Mobilidade ascendente através da preservação da solidariedade comunitária das populações imigrantes.

Sobre os factores que podem influenciar cada uma destas três trajetórias alternativas, Machado e Matias (2006:9-10) referem o seguinte:

- a) O autor não especifica os factores que favorecem ou bloqueiam esta trajetória.
- b) Para o autor, esta trajetória depende de factores da localização residencial e dos padrões de valores circundantes nos contextos de relacionamentos inter pares em que os jovens estão envolvidos. Os filhos dos imigrantes que se concentram em zonas pobres ficam em contacto directo com os jovens das minorias domésticas excluídas. Nestes ambientes, referem Machado e Matias (2006) encontram nos jovens autóctones uma ‘cultura adversarial’, de oposição à sociedade dominante, branca e de classe média, sendo constrangidos por “normas niveladoras descendentes”, que os socializam “na crença que é fútil procurar singrar por mérito próprio” (Machado e Matias, 2006:9), apesar das expectativas de mobilidade ascendente intergeracional de que os seus pais são portadores.
- c) Esta trajetória, por oposição, é consequência do capital social favorável de que os filhos dos imigrantes são alvo no seio da população que fazem parte. Dito de outro modo, a solidariedade entre imigrantes, baseada na etnicidade, proporciona a pais e filhos um capital social importante através do qual acedem a recursos escassos, que tornam menos provável o cenário de assimilação descendente (Portes, 1999: 101-108, citado por Machado e Matias, 2006:8-10).

Com uma formulação diferente temos uma outra teoria de A. Portes: **assimilação clássica** que, de acordo com Scaglione (2010), coloca os filhos de imigrantes num mesmo patamar dos jovens autóctones relativamente à mobilidade social: *“os filhos de imigrantes, tal como os jovens em geral, melhoram as suas condições sociais com respeito à dos seus pais e tendem a formar parte da sociedade maioritária, experimentando mobilidade ascendente”* (Scaglione, 2010:9-10). Alba e Nee (2003) e Ganz (1992) citados por Scaglione (2010:10), consideram que o conceito de **assimilação** diz respeito aos processos colectivos, sendo mais útil na análise macro de como as minorias se inserem nas maiorias, não considerando necessariamente as transformações a nível individual. Por isso, conclui Scaglione, este conceito encontra-se mais associado à regulamentação da integração das minorias, centrando nas dimensões social e económica e menos na dimensão cultural, (Scaglione, 2010:10).

Em suma, para a teoria da assimilação clássica, os filhos dos imigrantes seguem diferentes padrões de comportamento, não experimentando necessariamente uma mobilidade ascendente. De facto, podem ocorrer processos de assimilação económica e social, sem que exista um processo de aculturação (Scaglione, 2010:10, citando Portes e Zhou, 1993). Relativamente ao padrão de comportamento a seguir, esse dependerá, em parte, do acesso aos recursos – materiais e imateriais – para ultrapassar as dificuldades que a sociedade apresenta (Scaglione, 2010:10).

Ainda, segundo Scaglione (2010) as teorias de assimilação clássica e assimilação segmentada, apresentam visões muito positivas na sua concepção de integração dos filhos dos imigrantes. De facto, se tomarmos em linha de conta estudos recentes sobre os filhos de imigrantes, verificamos que a assimilação na acepção contemporânea, não conduz necessariamente a melhores condições sociais nem a uma aceitação social. Outras críticas (Ganz, 1992) fundamentais a estes modelos teóricos podem resumidamente ser as seguintes: por um lado, o processo de aculturação substitui, implicitamente, as diferenças étnicas/raciais pelas diferenças culturais, menosprezando as diferenças de classe e género, indicadores primordiais no processo de integração/inclusão de populações imigrantes. Por outro lado, o excessivo foco na dimensão económica da integração, destas teorias, coloca em segundo plano o

processo de integração do indivíduo privilegiando os processos colectivos. Em certo sentido, criando a ideia de que a integração económica poderia superar todas as diferenças de classe, étnicas/raciais e de género existentes (Scaglione, 2010:11). Assim, para um conhecimento mais aprofundado dos jovens descendentes de imigrantes, Scaglione, propõe adoptar-se um olhar desde as suas pertenças culturais e sociais de forma indissociável, considerando ambas fundamentais (Scaglione, 2010:11).

## 2.2. A SEGUNDA GERAÇÃO EM PORTUGAL

A história das migrações internacionais revela que muitos imigrantes acabam por se sedentarizar nas sociedades de acolhimento, sedentarização que corresponde a um ponto de não retorno no decurso do processo de integração nessas sociedades. Machado e Matias (2006:3) consideram, que dos imigrantes poder-se-á esperar o regresso aos seus países de origem, mas não dos seus descendentes. Para esses indivíduos, o ponto de não retorno é nulo e situa-se no momento em que nascem (Machado e Matias, 2006:6). Por isso, quando se fala em imigração, fixação dos imigrantes e formação de novas gerações, importa desde logo ter presente que a diferença entre os pais imigrantes e os seus filhos não é uma diferença assente na relação com o país de origem e um eventual retorno, mas antes, do ponto de vista de Machado e Matias (2006:6), as maiores diferenças encontram-se na relação de uns e outros com o país de acolhimento, ao nível da socialização, das trajectórias e dos projectos pessoais e expectativas sociais. Todo o processo de socialização, aculturação (processo de apropriação de outra cultura, em resultado de contactos continuados) e experiências são completamente diferentes da dos seus pais, que as vivenciaram num contexto, à partida socialmente distinto (quer ao nível de classe quer ao nível socioeconómico). Nascidos, criados e a viver nas sociedades de acolhimento, a maior parte das suas vidas, a noção de regresso à origem é de todo inaplicável e será em função dessas sociedades – onde nasceram – que as suas expectativas e o seus projectos se irão constituir.

Expectativas e projectos, tanto académicos quanto profissionais, com a finalidade de integrar plenamente a sociedade civil, a escola – em pé de igualdade com alunos autóctones – e, finalmente o mercado de trabalho. Ter em vista o mercado de trabalho como farol orientador, é por si só, já uma forma de integração, senão vejamos, “nas sociedades contemporâneas, o mercado de trabalho continua a ser um lugar-chave dos processos de integração social. Os projectos e as possibilidades sociais jogam-se aí, tanto quanto na escola (...) sendo uma das dimensões decisivas dos processos de transição para a vida adulta” (Machado, 2008:122). Sabe-se que os filhos dos imigrantes são bastante mais escolarizados do que os pais e, tal como referido anteriormente, as suas aspirações e expectativas são mais próximas dos quadros culturais da juventude urbana contemporânea (Machado, 1994; Machado, Matias e Leal, 2005; Machado e Matias, 2006; Domingos, 2015). Assim, podemos considerar que, no caso dos descendentes de imigrantes, o mercado de trabalho assume um duplo papel integrador: empregando e assimilando.

A literatura sobre descendentes de imigrantes em Portugal é escassa, e quase nula para os descendentes de imigrantes guineenses, sendo que a que existe contempla este grupo em conjunto com outros, e inclui temas mais abrangentes como os descendentes de imigrantes dos PALOP. Sobre essa literatura existente constatou-se que esta se centra, essencialmente, em pesquisas extensivas e multiétnicas, que oferecem uma visão conjunta sobre a situação social e perspectivas futuras (Machado e Matias, 2006). De acordo com Machado e Matias (2006:4), dos estudos realizados sobre os descendentes de imigrantes em geral, pode desenhar-se o seguinte agrupamento temático:

- Estratégias de socialização familiar (Seabra, 1994; Galvão, 2014);
- Questões de socialização e escolarização (Paes, 1993; Santos, 2004);
- Resultados e desempenho escolar (Tavares, 1998; Garcia, 2000; Machado, Matias e Leal, 2005; Pires, 2009; Mateus, 2013);
- Traços gerais e culturais dos filhos de imigrantes (Machado, 1994, 2002; Justino, Marques, Ralha, Palácio e Seabra, 1999);

- Relação com a escola e a sociedade do conhecimento (Marques e Martins, 2005);
- Multiculturalidade e educação (Gusmão, 2004);
- Identidades e processos identitários (Vala e Khan, 1999; Sudan, 2002; Filho, 2002; Vala, Ferreira, Lima e Lopes, 2003; Scaglione, 2010; Afonso, 2011);
- Culturas juvenis e práticas culturais no domínio da música (Fradique, 1999, 2003; Contador, 2001; Cidra, 2002);
- Delinquência Juvenil (Carvalho, 2003).

Para Machado e Matias (2006) os filhos dos imigrantes dos PALOP são, por enquanto um único exemplo de uma geração de descendentes plenamente constituída em Portugal, agregando não só crianças dos 0-14 anos, mas também jovens dos 15-29 anos, sendo assim, a primeira “segunda geração” que a sociedade portuguesa vê crescer e transitar para a vida adulta.

A escola e o contexto laboral constituem duas das múltiplas esferas que integram o quotidiano das segundas gerações, representando espaços de socialização que contribuem para a sua aproximação à cultura de acolhimento (Rosales et al., 2009); Não obstante esse facto, e no seguimento de Thomson e Crul (2007:1027), neste trabalho optou-se por incluir outras dimensões: a cultura e a identidade étnica no estudo do processo de integração desta população.

### 2.3. JUVENTUDE E DIVERSIDADE NA SEGUNDA GERAÇÃO

É inegável que os **jovens** – população-alvo deste estudo (alunos do secundário, portanto, adolescentes) vivem uma fase do ciclo da vida que envolve uma complexidade de circunstâncias de vária ordem que os coloca em constante experimentação de mudanças sociais e culturais. No caso dos jovens de segunda geração, a essas mudanças acrescentam-se as suas condições étnicas e as formas de reprodução social, isto é, maneirismos e hábitos próprios da cultura dos seus progenitores, no espaço escolar e na sociedade portuguesa em geral. Nas palavras de

Mateus (2013:19) estes jovens encontram-se: “numa particular e cruzada experiência de transição: transição entre referências culturais e espaços geográficos, transição entre ciclos de ensino, transição para a idade adulta”.

No âmbito da sociologia da juventude, considera-se que existe uma diversidade interna na condição juvenil, o que permite entender que não há juventude, mas sim juventudes. A Juventude tem o seu surgimento na segunda metade do séc. XX, na sociedade pós-industrial (Scaglione, 2010:13). Simultaneamente, surge como sujeito de estudo sociológico, tornando-se numa construção sociológica e cultural. Como refere Alejandra Ortiz Scaglione, o estudo da juventude e dos jovens contém duas abordagens complementares entre si: um olhar como unidade homogénea relacionada com a transição para a vida adulta, associada à autonomia económica, familiar e habitacional e, por outro lado, um olhar como diversidade, que considera que existem muitas maneiras de “ser jovem”, associado sobretudo, ao estilo de vida e às novas formas de consumo e lazer (Scaglione, 2010:15).

A condição de classe é determinante nesta diversidade, na sua dupla vertente: a posição socioeconómica e trajectórias sociais. Os espaços sociais e as estruturas de classes onde se localizam as famílias, condicionam e determinam os destinos sociais dos jovens (Machado e Matias, 2006:14). Para estes autores, “o grau em que a incerteza afecta cada jovem e a forma como cada um consegue gerir a complexidade ou, pelo contrário, fica enredado nela, dependem muito da condição de classe das famílias e do montante e tipo de recursos que elas põem à disposição dos filhos”, situação que se reflecte no caso do acesso ao ensino superior. Neste caso, referem os citados autores, o “acesso está longe de ser regulado pelo princípio da igualdade de oportunidades” e pode-se constatar que “os jovens dos sectores mais dotados de recursos económicos, escolares e profissionais, estão fortemente sobrerrepresentados no público universitário e que os oriundos das classes populares estão subrepresentados”. Mais ainda, acrescentam, mencionando outras pesquisas, referindo que a disparidade representativa também se estende aos cursos: quanto maior a dificuldade do acesso ao curso, maior a representatividade dos filhos das famílias com capitais económicos e escolares mais.

Do ponto de vista dos descendentes de imigrantes, também existe diversidade quanto à proveniência social dos seus pais. Embora possam todos ter em comum o ponto de partida dos progenitores, existem “subconjuntos de famílias imigrantes bem providas de recursos económicos, escolares e profissionais” (Machado e Matias, 2006:14), por este motivo, concluem os citados autores “na escola e noutros contextos sociais, condições de classe diferentes afastarão jovens com uma comum origem imigrante, e condições de classe semelhantes tornarão próximos jovens descendentes de imigrantes e jovens nativos” (Machado e Matias, 2006:14).

Ser-se jovem é, assim, encontrar-se num espaço intermédio de expectativas e aspirações situado entre a condição infantil da criança, desprovida de responsabilidades e liberdades e a etapa de pleno poder de decisão e escolhas, mas também de regras e responsabilidades, como é a idade adulta. Segundo a Organização para as Nações Unidas (ONU), a juventude engloba todos os indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos (ONU, 2002). Scaglione (2010:14) citando Feixa (2006), apresenta aquelas que são as condições adicionais à idade para melhor compreender este estágio de desenvolvimento do sujeito: “para que exista juventude, deve existir, por um lado, uma série de condições sociais (nomeadamente, normas, comportamentos e instituições que distingam os jovens de outros grupos de idade) e, por outra parte, uma série de imagens culturais (nomeadamente, valores, atributos e ritos associados especificamente aos jovens)”. A juventude e os jovens formam um dos grupos mais dinâmicos da sociedade, sendo muitas vezes os portadores das mudanças e os criadores de tendências, tornando-se assim necessário encarar a juventude e os jovens como um laboratório de mudanças das estruturas sociais, como um campo fértil para o surgimento de novas ideias e ideais (Scaglione, 2010:15).

Falar de juventude e de jovens implica, inevitavelmente, falar em cultura juvenil ou culturas juvenis, como referem alguns autores para salientar as heterogeneidades das mesmas (Scaglione, 2010:15). Com o intuito de melhor esclarecer o conceito, apresentamos a definição de Carles Feixa (2006), citado por Scaglione (2010:15), que entende que as culturas juvenis “se referem à forma como as experiências sociais dos jovens são expressadas colectivamente mediante a construção de estilos de vida

distintos, localizados fundamentalmente no tempo livre ou nos espaços intersticiais da vida institucional”.

Uma variante do conceito de cultura juvenil, diversas vezes associada aos jovens descendentes de imigrantes africanos, residentes nos bairros sociais, é a noção de cultura juvenil problemática que envolve desde o insucesso escolar, o trabalho informal até distúrbios e conflitos, gangs, delinquência e tráfico de drogas (Scaglione, 2010:16). Jorge Malheiros, caracteriza no prefácio de Sónia Pires (2009), a tendência de “potencial delinquente” associada aos descendentes de imigrantes, do seguinte modo: “protótipo corresponde ao jovem, tipicamente do sexo masculino, por vezes menor de idade e, muito frequentemente já nascido no local de destino ou chegado ainda criança (...) trata-se de um imigrante que não<sup>7</sup> o é, mas sim de um membro da segunda geração, que cresceu e foi socializado no país de acolhimento” (Pires, 2009:7). Deste tipo de rótulo social pode resultar que a partilha prolongada de experiências em que a origem imigrante comum se faça sentir, poderá desenvolver sentimentos de maior proximidade e afinidade entre alguns jovens, sendo que outros, terão mais afinidades com jovens autóctones, baseadas na origem de classe, no estatuto social (por exemplo, ser estudante universitário) ou noutros critérios sociais relevantes (Machado e Matias, 2006:7). Reforçando esta ideia, Machado, Matias e Leal (2005), referem que estudos realizados em Portugal revelam que os sentimentos de pertença nacional dos jovens descendentes de imigrantes variam, muitas vezes, em função da sua condição social, a naturalidade (terem ou não nascido em Portugal) e a nacionalidade (serem ou não reconhecidos como cidadãos portugueses).

---

<sup>7</sup> Torna-se fundamental distinguir entre *jovens filhos de imigrantes* de *imigrantes jovens*, um grupo categoricamente distinto. Apesar dos dois grupos poderem apresentar características comuns – a mesma idade e a mesma origem étnico nacional, directamente ou por via da família –, são duas categorias sociologicamente muito diferentes, que importa não confundir. Machado e Matias (2006), referem que os imigrantes jovens chegam à procura de melhores condições de vida, tendencialmente têm pouco tempo de residência, nasceram e cresceram noutros países e estão a viver os primeiros anos de adaptação num quadro sociocultural diferente e o trabalho ocupa o centro de suas vidas. Por seu turno, os jovens filhos de imigrantes não se pensam como tal. Nasceram ou chegaram em crianças ao país de acolhimento dos seus pais, cresceram aí, frequentaram ou frequentam as suas escolas, têm ao alcance um mercado de trabalho mais amplo e diversificado do que aquele que se oferece aos imigrantes, interiorizam referências culturais que são as das suas famílias, mas também as da sociedade de acolhimento.

## 2.4. TRAJECTÓRIAS SOCIAIS E DESEMPENHO ESCOLAR

A Escola, uma das instituições-chave no processo de integração nas sociedades contemporâneas, independentemente da condição social, origem étnica ou crença religiosa (Domingos, 2015:36), é um lugar de assimilação de todos os que a frequentam, das crianças de todos os estratos sociais, das crianças autóctones e dos filhos dos imigrantes (Payet, 2005:683). A escola é também um agente participante no processo de segregação e de discriminação de públicos oriundos da imigração (Payet, 1988 e 2000; Payet et al. 2002; Van Zanten, 2001). Por motivos tais como o fluxo migratório, o reagrupamento familiar dos imigrantes e o nascimento de descendentes de imigrantes, verifica-se cada vez mais a presença de filhos de imigrantes no sistema de ensino português (Machado, Matias e Leal, 2005:695). Esta presença, suscita na população portuguesa uma opinião xenófoba e pré-concebida, desfavorável à presença dos filhos dos imigrantes. Muitas destas opiniões são formatadas pelo poder dos *media*, que veicula a ideia de que os jovens e filhos de imigrantes apresentam altas taxas de insucesso escolar e que a sua relação com a escola é negativa (Domingos, 2015:27). Ainda segundo Domingos, tais opiniões nem são de todo mentiras nem são de todo verdadeiras, mas são potenciadas devido ao factor étnico/raça negra, uma vez que “os filhos dos imigrantes do Leste, por exemplo, não são alvo desse tipo de críticas” (Domingos, 2015:36).

Portanto, quando se caracteriza um aluno, são diversas as variáveis a tomar em consideração. Quando se procura compreender e caracterizar os percursos e desempenhos escolares de alunos descendentes de imigrantes, as variáveis poderão ser, além das frequentes (sexo, classe social e escolaridade dos progenitores), também a variável da origem nacional. Por isso, salientamos que a etnicidade é importante e faz diferença. A este respeito, questiona Seabra: “será a etnicidade<sup>8</sup> uma variável estruturadora da desigualdade de resultados escolares ou ficará subsumida quando consideramos desigualdades de outra ordem como a classe ou género?” (2012:186).

---

<sup>8</sup> Etnicidade ou categorização étnica envolve crenças sobre a auto-definição (Alba, 1990 citado por Mateus, 2013:6).

Falar da etnicidade não é exclusivo de temas sobre imigração. Tal como refere Machado (2002), a etnicidade é a imigração sedentarizada. A sedentarização, por seu turno, é indissociável da integração. Rui Pena Pires (2003), citado por Godinho (2009:7), distingue dois processos de integração:

a) Assimilação enquanto reconstrução, que não representa uma mera homogeneização, do espaço identitário comum através da inclusão de novas referências.

b) Etnicização enquanto construção de uma identidade colectiva baseada num sentimento de pertença a uma colectividade com ascendência comum e caracterizada por um sentido de solidariedade.

Para Portes (1999) e Pires (2003), a etnicização tem carácter relacional, pois depende mais das reacções à presença dos migrantes na sociedade de destino do que das memórias culturais que aqueles transportam. A sedentarização, por seu turno, traduz-se em diferenciação social interna e diferenciação cultural crescente, uma vez que as mudanças não se operam exclusivamente na sociedade de acolhimento.

A pesquisa bibliográfica denota que a relação e a influência que a etnicidade tem sobre o desempenho escolar têm sido alvo de diversos estudos e pesquisas. A título de exemplo, referimos alguns trabalhos:

- Boulot e Boyzon-Fradet (1988) que, em suma, concluem que perante a estabilidade profissional (manter constante a condição operária), verifica-se uma igualdade na situação escolar dos alunos filhos de imigrantes;
- Vallet et Caille (1996): reforça a ideia de igualdade na trajectória escolar entre alunos autóctones e estrangeiros nascidos em França, quando se tratam de sujeitos do mesmo nível social.
- Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) (2006): evidencia que as diferenças entre os resultados nas provas de avaliação da literacia matemática dos alunos descendentes de imigrantes não desaparecem, mas reduzem-se significativamente, quando controlada a escolaridade e o estatuto profissional dos pais;

- Relatório OCDE (2012)<sup>9</sup>: refere que sucesso escolar dos filhos de imigrantes é particularmente baixo em Portugal e em Espanha, onde mais de metade deles completaram, no máximo, o ensino básico, face a 40% dos imigrantes entre 25 e 34 anos;

O relatório da OCDE (2012), acrescenta: “persistentes desvantagens que os filhos de imigrantes nascidos, criados e educados no país enfrentam quando comparados com os filhos de, pelo menos, um progenitor nativo”, apresentando “resultados em leitura, 36 pontos mais baixos do que os nativos”, e conclui a mesma fonte que este factor “prejudica as crianças filhas de imigrantes, por exemplo, nos resultados dos testes PISA<sup>10</sup> (que a OCDE realiza para avaliar o nível dos estudantes de 15 anos na língua oficial do país onde residem). Nestes testes, os resultados dos filhos dos imigrantes nascidos no país ficam algures entre os dos imigrantes e os dos nativos” (In <http://www.in.pt/sociedade> publicado a 3 de Dezembro de 2012).

Referindo-se aos resultados do seu estudo, aplicado aos alunos do 1º e 2º ciclo de França (1º ao 12º Ano), Moudon (1984) citado por Seabra (2012:186), afirma: “Ser filho de imigrante pode ser benéfico do ponto de vista dos resultados escolares”. Com base nos resultados do seu estudo, a percentagem dos estudantes que estudam até ao 12º ano é mais elevada nos descendentes de imigrantes nascidos em França do que os estudantes franceses. Nos Estados Unidos da América, um estudo semelhante apontou para resultados similares: “supremacia dos filhos de imigrantes nos desempenhos quando controladas as características socioeconómicas” (Kao e Tienda, (1995) citados por Seabra, 2012:187).

---

<sup>9</sup> <http://www.jn.pt/sociedade/interior/filhos-de-imigrantes-nascidos-no-pais-de-acolhimento-sentemse-mais-discriminados-2923613.html>

<sup>10</sup> PISA – Project for International Student Assessment.

Em sentido oposto verifica-se a constante no **Relatório Decenal do Observatório da Migrações** (2014), que refere que de acordo com o PISA de 2012, os perfis socioeconómicos dos alunos imigrantes dos países da OCDE encontravam-se no ano de 2012 ligeiramente mais favorecidos que o perfil dos mesmos alunos no ano de 2003, verificando-se igualmente uma redução das desvantagens dos alunos imigrantes, face aos não-imigrantes, em termos de desempenho escolar. Acrescenta este documento que Portugal apresenta efeitos menos acentuados do que aqueles que se verificam no conjunto dos países da União Europeia, (2014:4). Existirá vantagem em ser-se aluno e descendente de imigrante) ou será a condição de descendente de imigrante uma desvantagem para o aluno? Uma resposta rigorosa a estas questões, deve ter em conta os mesmos indicadores de análise, de outro modo, estar-se-ia a falar de coisas diferentes a partir do mesmo prisma. Assim, e apesar dos referidos estudos, importa aqui salientar que, a larga maioria dos trabalhos sobre esta matéria revelam uma igualdade de desempenho, entre filhos de imigrantes e alunos autóctones, perante iguais circunstâncias sociais. A etnicidade não é uma questão linear. Uma pesquisa de Hirschman e Fálcon (1985) e outras de Portes e Macleod (1996 e 1999) defendem que a etnicidade tem efeitos no desempenho escolar e poder na estruturação das trajectórias escolares (Seabra, 2012:189). Para Demack, Drew e Grimsley (2000), as diferenças de desempenho escolar existem, efectivamente, sendo as maiores diferenças verificadas quando se relaciona o desempenho escolar com a classe social e a etnicidade. Ainda de acordo com estes autores, relativamente a uma pesquisa efectuada no Reino Unido, dos diferentes grupos étnicos alvo do estudo, o pior desempenho foi verificado no grupo dos estudantes negros e nos oriundos do Bangladesh; os melhores resultados foram obtidos pelos jovens de origem chinesa, seguidos pelos de origem indiana.

Com base no estudo de Seabra et al., (2011), a proporção do sucesso escolar entre alunos autóctones e alunos de famílias imigrantes é diferente. De acordo com estes autores, sucesso escolar define-se por nunca se ter experimentado a reprovção. Uma comparação entre alunos autóctones e alunos de origem imigrantes revela que o sucesso escolar é 9% inferior nos alunos de famílias imigrantes (Seabra et al., 2011:83). Estes dados já diferem substancialmente quando se está a analisar trajectórias em que

se verifiquem duas ou mais reprovações; nestas circunstâncias a proporção é bastante semelhante. Quando a análise das trajetórias escolares incide sobre indicadores diferenciadores tais como, sexo e classe social das suas famílias, podem fazer-se as seguintes observações:

- As raparigas mais do que os rapazes nunca reprovaram ao longo do seu percurso académico (mais 3%);
- No que toca à classe social, verifica-se que é entre os alunos de classes médias/altas que se contam menos reprovações;
- É entre os alunos das classes populares que mais se constata percursos marcados pela repetição do ano escolar.

Para estes autores, o perfil social das famílias apresenta um enorme impacto nos resultados escolares, apontando assim, para a necessidade de realização de uma análise que cruze a origem dos alunos, com a tipologia de classes sociais e a escolaridade dos progenitores (Seabra et al., 2011:84).

### Quadro 5

Sucesso escolar por escolaridade dos pais e a ascendência (%)

		Autóctones	Origem Imigrante
<b>Classe Social<sup>11</sup></b>	Classes Média/Alta	77.4	75.0
	Classes Populares	64.6	56.0
<b>Mãe</b>	Secundário ou Superior	89.1	85.7
	Até 3º Ciclo EB	58.6	47.9
<b>Pai</b>	Secundário ou Superior	82.2	73.5
	Até 3º Ciclo EB	65.9	48.5

Retirado de Seabra e Outros, 2011:86.

<sup>11</sup> Para simplificar a análise dos dados as classes sociais foram agrupadas em duas categorias próximas do proposto por Machado (2005). Nas classes médias/altas incluem-se: empresários, dirigentes e profissionais liberais, profissionais técnicos e de enquadramento e trabalhadores independentes pluri-ativos. Nas classes populares incluíram-se as restantes classes (Seabra et al., 2011:86).

Os resultados do referido estudo (Seabra et al., 2011), evidencia uma aproximação do desempenho escolar entre alunos filhos de imigrantes e os seus pares autóctones apenas para a classe média/alta, reforçando a ideia de que a classe social e a escolaridade atingida pelos pais dos descendentes de imigrantes reduzem significativamente a disparidade de resultados no desempenho. Mais acrescentam que, quanto maior é a escolaridade da mãe, maior é a diferenciação do desempenho escolar do aluno descendente de imigrante, relativamente aos alunos que têm mães menos escolarizadas (Seabra et al., 2011:85).

Relativamente à média das notas do ano anterior e desempenho escolar dos alunos nas diferentes áreas do conhecimento, por origem, sexo, classe social, verificou-se que as raparigas apresentam melhores resultados que os rapazes em todos os domínios apurados. Verificam-se, também, diferenças ao nível das classes, sendo os alunos das classes média/alta os que protagonizam, em média, melhores desempenhos (Seabra et al., 2011:87).

Outro resultado obtido pelos autores indicou que a maior parte dos alunos descendentes de imigrantes, mais dos que os autóctones, já frequentaram as aulas de apoio disponibilizados pela escola, em especial às disciplinas de matemática, enquanto os alunos autóctones referiram mais apoio às aulas da língua portuguesa (Seabra et al., 2011:89).

Observando a questão do apoio pedagógico – Explicações –, verifica-se uma significativa disparidade entre a percentagem de alunos autóctones e alunos de origem imigrante que frequentam explicações fora da escola. Este facto pode compreender-se devido à composição socioprofissional das famílias a que pertencem a maioria dos alunos de origem imigrante, ou seja, a questão dos recursos financeiros pesa quando chega o momento de optar por explicações privadas.

Os autores construíram indicadores baseados nos motivos apresentados para as faltas às aulas e a existência de faltas e/ou processos disciplinares, donde resultaram três perfis: “relação conformidade”, quando o aluno só falta às aulas por motivos exteriores à sua vontade e nunca teve uma falta ou processo disciplinar, “relação

moderada”, nos casos em que o aluno já faltou às aulas por vontade própria e/ou já teve uma falta disciplinar, “relação de rejeição”, quando o aluno já teve pelo menos um processo disciplinar. Os resultados da análise revelaram que a grande maioria dos alunos descendentes de imigrantes mantêm uma relação de conformidade com as normas escolares (72%), e revelam uma forte presença no que se convencionou chamar relação moderada, apresentando uma presença menor do que os alunos autóctones na relação de rejeição (Seabra et al., 2011:91).

Em jeito de conclusão, os autores (Seabra et al., 2011), verificam que a maioria dos alunos filhos de imigrantes nasceu em Portugal e possuem a nacionalidade portuguesa. Quando comparadas as trajectórias escolares em relação aos alunos autóctones, constata-se que os descendentes de imigrantes experimentam mais vezes a retenção de ano, mesmo nos casos em que a classe social e o nível de escolaridade dos progenitores é semelhante.

Segundo Seabra et al., (2011:126) as práticas de apoio escolar complementar (aulas de explicações privadas) encontram-se fortemente marcadas pelo poder económico, isto é, variam em relação ao nível socioeconómico das famílias de origem imigrante. Directamente relacionado com o nível socioeconómico, encontra-se uma outra confirmação deste estudo: a grande predominância dos alunos descendentes de imigrantes estarem abrangidos pelo apoio social escolar. Verificou-se, ainda, limitações ao nível linguístico, o que se traduz num factor condicionador do apoio dos pais prestado nas tarefas escolares, como sejam os trabalhos de casa. O estudo também denota um número significativo de lares monoparentais, preponderância de pais mais escolarizados e mães menos escolarizadas. Em relação à escola, quando comparados os dois grupos de alunos relativamente à relação com a escola, constata-se uma ligação ligeiramente mais positiva da parte dos alunos descendentes de imigrantes. Contudo, são estes que mais revelam ter experienciado sentimentos de discriminação no seio da comunidade escolar.

## 2.5. IDENTIDADE NA SEGUNDA GERAÇÃO DE IMIGRANTES AFRICANOS

A identidade, não sendo determinada à nascença por factores exógenos, é socialmente construída ao longo da vida do indivíduo (Godinho, 2009:4). A construção da identidade é um processo fundamental, complexo e pluridimensional, nos jovens descendentes de imigrantes africanos (Scaglione, 2010; Domingos, 2015). Desde África a Portugal, a sua definição é negociada nestas duas culturas, entre a afirmação (assimilação) e a resistência, entre a semelhança e a diferença, quer no sentido geracional, quer no sentido cultural. Alguns jovens, no curso deste processo assemelham-se aos seus pares (jovens), desenvolvendo, assim, uma continuidade horizontal, enquanto outros se assemelham aos seus progenitores, desenvolvendo, antes uma continuidade cultural com a origem (vertical) (Scaglione, 2010:57). Por estas e outras razões, podemos entender que as identidades das chamadas “segundas gerações” constroem-se numa cultura mista, mas não em culturas opostas. De acordo com a autora, factores como as condições sociais e o género são alguns dos que levam a diferentes trajectórias na definição da identidade. Padilla (2010), citado por Scaglione (2010:56), denota a este respeito que, esta identidade “mista” que resulta de um *continuum* entre uma identidade africana e uma portuguesa, contém elementos de ambas as culturas, da cultura mista e da cultura transnacional. Nesta ordem de raciocínio, Cátia Domingos (2015) considera ser um erro designar estes jovens por “africanos”, porque antes de mais, africano é o continente e não a cultura a que cada indivíduo pertence, sendo certo que as origens e regiões africanas são muito diversas e distintas (2015:15).

Portanto, esta identidade “mista” pode ser “híbrida”, no sentido referido por Bhabha (1994) sendo que não “traduz” a cultura maioritária (dominante) na cultura minoritária e se negociam significados no limite das culturas. A hibridação<sup>12</sup> dá-se entre identidades situadas assimetricamente em relação ao poder, daí resultando um “terceiro espaço” construído através do processo de negociação e resistência, podendo, segundo Bhabha (1994) permitir aos imigrantes resistir à subordinação e

---

<sup>12</sup> Hibridação é um conceito que significa a mistura entre diferentes etnias ou nacionalidades (Scaglione, 2010).

criar novas visões do mundo, embora possa também produzir novas fronteiras, o que acabaria por empolar o efeito da marginalização. Para outros (imigrantes), pode ser tão negativo ser africano como ser uma “mistura” entre africano e Português (Scaglione, 2010:56).

Esta noção de que a *segunda geração* de imigrantes não é propriamente uma “extensão” do seu país de origem e das suas raízes tradicionais, mas antes que “negoceia” e define as suas identidades colectivas separadamente da sua cidadania étnica e cultural, já fora referido por Colombo *et al.* (2009) citado por Scaglione (2010:12). Concluem neste sentido (Soysal, 2000; Hall, 2003) que estes descendentes acabam adquirindo símbolos identitários tanto de fenómenos globais, como de elementos dos seus países de origem e de destino (Scaglione, 2010:12).

### **CAPÍTULO III – METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO**

#### **3.1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO**

Dada a essência do trabalho realizado, a metodologia utilizada incidu sobre uma abordagem qualitativa. No intuito de proceder à caracterização dos estudantes descendentes de imigrantes guineenses, utilizaram-se de forma articulada métodos e técnicas que permitiram proceder à recolha de dados e à obtenção de informação. Esta etapa do trabalho foi concretizada a partir de fontes, quer indirectas (como a consulta de informações estatísticas e estudos realizados) quer directas (contacto com informadores privilegiados – investigadores destas temáticas (escola; imigração; comunidade guineense), directores da escola – elaboração e administração do guião de entrevista).

Na fase de concepção das estratégias de recolha de informação, começou-se por realizar uma revisão da literatura sobre este tema (Pires, 2009; Mateus, 2013). Assim, a fim de reduzir a redundância e maximizar o interesse da informação recolhida no contexto do presente estudo, optou-se por uma estratégia de recolha de dados que não fosse apenas *complementar* à informação já existente, mas antes uma via para obter os discursos e histórias de vida dos entrevistados. Nesse sentido, a estratégia de

recolha de dados adoptada foi a realização de entrevistas semiestruturadas, para a persecução do objecto de estudo desta investigação.

### 3.2. QUESTÕES E OBJECTIVOS

Uma vez que o interesse pelo tema de investigação está relacionado com as problemáticas das trajectórias (estruturas familiares e redes de relacionamento sociais) e o processo de sociabilidades e de identidade, levantam-se as seguintes questões de partida:

1. Será que ter uma rede social mais inter-étnica contribui para um melhor desempenho escolar?
2. Em que medida o nível de escolarização dos progenitores afecta e influencia as trajectórias escolares destes alunos?
3. Estará a percepção do racismo pelos alunos condicionada pelas suas modalidades específicas de inserção na sociedade/comunidade?

Podendo definir-se como objectivos principais e globais da presente investigação:

- Caracterizar o perfil e percursos sociais dos estudantes e o nível educativo e profissional seus progenitores.
- Compreender os conceitos de auto-definição identitária destes alunos.
- Identificar os constrangimentos sentidos pelos alunos referidos, nas suas vivências sociais e familiares, relativamente a experiências de discriminação racial/étnica e exclusão social.

Face ao anteriormente referido, propomo-nos compreender de que modo as trajectórias sociais (escolaridade e profissão dos progenitores, as estruturas familiares e redes de relacionamento sociais) e a identidade, se cruzam na trajectória escolar destes descendentes de imigrantes provenientes da Guiné-Bissau. Dada a natureza dos objectivos propostos, o trabalho é de âmbito qualitativo, como já foi mencionado, com a abordagem à realidade através de entrevistas aprofundadas, semi-estruturadas, com recurso a um guião de entrevista. De salientar que estas entrevistas são a recolha de

uma auto-reflexão e de uma subjectividade das trajectórias de vida dos entrevistados, sujeitas posteriormente a uma análise de conteúdo com vista à redução de informação e selecção de conteúdos face aos objectivos.

### 3.3. POPULAÇÃO-ALVO

Tendo em conta os objectivos deste estudo e a sua natureza (qualitativa), a recolha de informação é intencional, procurando realizar uma análise descritiva simples que incidisse sobre o seguinte grupo:

- Alunos descendentes de imigrantes guineenses, nascidos em Portugal ou na Guiné-Bissau, e imigrados em fase de escolarização básica (entre os 5 – 10 anos), e a frequentar o ensino secundário na Escola Secundária de Odivelas, isto é, jovens com naturalidade e nacionalidade portuguesa que tenham pelo menos um dos progenitores natural da Guiné-Bissau.

Assim, temos um grupo de 9 alunos distribuídos entre o 10 e o 12º ano de escolaridade.

### 3.4. ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

As entrevistas semiestruturadas, constituídas por questões abertas, foram realizadas entre fevereiro e abril de 2016 na Escola Secundária de Odivelas, à excepção de uma entrevista. As entrevistas tiveram por base o guião incluído no Anexo e visaram a recolha de informação de forma a permitir a caracterização geral dos alunos nas seguintes **dimensões de análise**: trajectórias migratórias das suas famílias de origem, estratégias educativas adoptadas pelos progenitores, trajectória escolar, aspirações e expectativas escolares e profissionais futuras, práticas culturais e de sociabilidade, filiações identitárias e de estigmatização e discriminação em Portugal.

### 3.5. LIMITAÇÕES À INVESTIGAÇÃO

No desenvolvimento do trabalho de terreno verificaram-se alguns constrangimentos que são aqui dignos de registo: após a escolha do local de realização da investigação (pelas razões adiante apresentadas), seguiu-se o contacto com a Direcção da Escola para solicitar a autorização para efectuar a pesquisa<sup>13</sup>. Através de contacto telefónico para o número geral da Escola, conseguiu-se obter o endereço de correio electrónico do Subdirector da Escola, Sr. Prof. Jorge Vieira Dias, pessoa responsável pelo pelouro relacionado com as nossas intenções. Realizamos algumas conversações via correio electrónico para articular os horários e, finalmente, agendar uma reunião. Nessa reunião apresentamos a ideia do estudo que pretendíamos conduzir na Escola. Atendendo à menoridade dos alunos e âmbito da investigação, estabeleceu-se, por sugestão do Sr. Prof. Jorge Vieira Dias, que a melhor via para chegar aos alunos seria através dos Directores de Turma. Seguiu-se a elaboração do documento explicativo do âmbito e objectivos do estudo, dirigido aos Encarregados de Educação dos alunos, solicitando o seu consentimento, para a participação dos seus *educandos* no estudo. Também este documento foi feito chegar ao Encarregados de Educação via Directores de Turma. Outra das dificuldades verificada relacionou-se com o agendamento das entrevistas com os alunos, cujos horários eram sempre muito imprevisíveis, por motivo de actividades extracurriculares.

Outra dificuldade no trabalho de terreno residiu no local para realização das entrevistas. Entendeu-se, em articulação com a Direcção da Escola que se poderia utilizar uma sala/gabinete para a realização das entrevistas, porém as salas disponíveis eram todas muito próximas dos átrios e recreios. Algo inicialmente simples, acabou por se traduzir num pequeno constrangimento: era necessária uma sala afastada dos espaços de lazer, a fim de evitar a interferência dos ruídos.

Uma terceira limitação prendeu-se com a proximidade do entrevistador com os entrevistados: o entrevistador, apesar de nascido na Guiné-Bissau, veio com 8 anos de idade para Portugal, tendo reiniciado a escolaridade, por indicação do seu pai, que entendeu que as bases escolares da Guiné-Bissau não eram suficientemente sólidas e

---

<sup>13</sup> Documento de autorização para realização das entrevistas incluído em Anexo.

que, estando com 8 anos ainda deveria regredir até ao 1º ano do 1º ciclo (à época designado de primeira classe). Assim, realizou toda a sua trajectória escolar no sistema de ensino português, configurando-se assim, como os descendentes de imigrantes designados de geração 1.5. Esta proximidade com a população estudada poderia suscitar alguma interferência na comunicação entrevistador-entrevistado, e induzir alguma subjectividade no discurso. Mas acreditamos que o rigoroso cumprimento dos procedimentos (quer na aplicação do guião de entrevistas, quer na análise dos conteúdos das entrevistas) serviram para mitigar os riscos atrás referidos.

Por todas as razões atrás enunciadas, salienta-se que no âmbito desta investigação, a metodologia privilegiada e as limitações referidas levam a que os dados apresentados não pretendam ser representativos da realidade social da **segunda geração** de imigrantes guineenses no país, visto que apenas realizámos 9 entrevistas circunscritas a uma área geográfica (Odivelas) e escolar (Escola Secundária) específica. Neste sentido, e uma vez que os discursos destes entrevistados representam um **estudo descritivo simples** não sendo passíveis de generalização, mas sim e fundamentalmente, de *exemplificação* dos objectivos que nos propomos analisar nesta dissertação.

Uma última nota, a respeito do local elegido para a investigação: parece-nos pertinente salientar que a escolha desta escola se deveu, exclusivamente, a razões de economia de recursos, isto é, o facto de o investigador ser residente nas proximidades da Escola Secundária em causa e, atendendo à escassez do tempo disponível para dedicar a investigação (por motivos de ordem profissional e familiar) optar por uma escola nas condições atrás referidas. Assim, acreditamos ter sido possível não apenas reduzir os custos materiais e temporais a título de deslocações, bem como, maximizar as vantagens que a proximidade espacial nos oferece para esta investigação.

## CAPÍTULO IV – ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1. TRAJECTÓRIA MIGRATÓRIA DA FAMÍLIA E ENQUADRAMENTO SOCIOEDUCATIVO E PROFISSIONAL

O quadro que se segue (Quadro 6) resume os dados migratórios, socioeducativos e profissionais dos progenitores dos nossos entrevistados, situando-os no tempo relativamente ao seu momento de imigração e posicionando-os quanto ao percurso escolar e situação profissional.

#### Quadro 6

#### Trajectória Migratória e Enquadramento Socioeducativa e Profissional dos Progenitores.

ENTREVISTADO	DATA DE IMIGRAÇÃO DOS PROGENITORES PARA PORTUGAL	NÍVEL DE ESCOLARIDADE	SITUAÇÃO PROFISSIONAL
<b>A</b>	1999 – 3ª Vaga	Pai e Mãe – Licenciados em Cuba.	Pai – Escriturário Mãe – Empregada de Caixa Supermercado
<b>B</b>	1999 – 3ª Vaga	Pai e Mãe – Concluíram ensino secundário na Guiné-Bissau.	Pai – Motorista Mãe – Empregada de Hotel
<b>C &amp; D</b>	1979 – 1ª VAGA	Pai e Mãe – Licenciados em Portugal	Pai – Prof. Ensino Secundário Mãe – Médica
<b>E</b>	1999/2000 – 3ª Vaga	Pai e Mãe – Liceu incompleto na Guiné-Bissau.	Pai – Desempregado Mãe – Empregada de Limpeza
<b>F</b>	Pai, meados década de 80 – 2ª Vaga Mãe (reagrupamento familiar) – 1998 – 3ª Vaga	Pai – Tem apenas instrução em árabe; Mãe – Tem a 4ª classe.	Pai – Falecido Mãe – Empregada de limpeza.
<b>G</b>	1998 – 3ª Vaga	Pai – Liceu incompleto; Mãe – Bacharelato.	Pai – Pedreiro Mãe – Ex-Prof.ª instrução primária. Actualmente desempregada.
<b>H</b>	1998 – 3ª Vaga	Pai e Mãe – Licenciados	Pai – Engenheiro Mãe – Jornalista
<b>I</b>	Primeiro imigrou o Pai, mais tarde imigrou a mãe, meados anos 80 – 2ª Vaga	Pai – Tem apenas instrução árabe; Mãe – Liceu completo no Senegal.	Pai – Falecido Mãe – Empresária na área do vestuário

A trajetória migratória da comunidade guineense em Portugal encontra-se marcada no tempo e no espaço de modo muito evidente. Como referido no capítulo I, verificaram-se, no essencial, três grandes vagas migratórias deste povo para Portugal, entre o período pré e pós-guerra colonial e a viragem do século e início dos anos 2000: a primeira vaga correspondeu ao período imediatamente posterior à auto-proclamação da Independência da Guiné-Bissau (a 24 de setembro de 1973, só reconhecida por Portugal a 11 de Setembro de 1974), o que fez com que muitos portugueses e luso-guineenses começassem a abandonar o país. A segunda vaga ocorreu mais de uma década depois da primeira, motivada por razões económicas internas – a crise financeira de 1983/86 com a intervenção do FMI e do Banco Mundial na Guiné, em 1986 – mas também potenciada por facilitadores externos, mais concretamente, devido à adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia e a subsequente proliferação de construções e obras públicas iniciadas através dos financiamentos comunitários. E a denominada terceira grande vaga, que resultou da Guerra Civil iniciada a 7 de junho de 1998 e que durante cerca de um ano se travou nas ruas da capital bissau-guineense.

Através da análise das entrevistas, podemos constatar duas evidências interessantes, a saber:

1. As datas de vinda para Portugal dos progenitores dos nossos entrevistados enquadram-se nos três momentos atrás designados por vagas migratórias.
2. Do leque de entrevistados, constata-se que a maioria dos seus progenitores veio para Portugal no período correspondente à terceira vaga, ou seja, a partir de 1998 e 1999/2000.

Em concordância com a caracterização socioeconómica dos grupos de indivíduos que se deslocaram nas supracitadas vagas migratórias, podemos aqui também fazer uma comparação com os progenitores dos nossos entrevistados. Relativamente à educação verificamos que, um dos grupos de progenitores com mais elevado grau de formação, são os que vieram para Portugal na primeira vaga, a denominada **primeira vaga** ou como refere Machado (1998) a vaga dos luso-guineenses, num período em que praticamente não existiam guineenses em Portugal. O grupo de guineenses existentes

nessa altura em Portugal era diminuto, composto por jovens de classe média e, segundo Machado (2002) poderia considerar-se uma imigração qualificada. E é precisamente neste grupo que se inserem os pais de **Entrevistado C** e **D**. Este casal já pertencia a um estrato social médio/alto no seu ponto de partida, Guiné-Bissau, vieram para Portugal estudar Medicina – um dos cursos mais elitistas e exigentes no momento – e, devido à instabilidade política resultante do golpe de Estado de 14 de novembro de 1980, decidiram permanecer em Portugal depois de concluídos os estudos, ingressando no mercado de trabalho e inserindo-se plenamente na sociedade portuguesa. A sua mobilidade social pode considerar-se ascendente, na medida em que os estudos e o ingresso no mercado de trabalho qualificado em Portugal lhes possibilitaram melhorar a sua qualidade de vida: melhor salário, mais segurança, ambiente propício para sedentarização e constituição de família. Um dos filhos, durante a entrevista, refere mesmo: “Os meus pais têm uma vida boa, trabalham nas profissões que sempre desejaram e têm tempo para a família” (**Entrevistado C**).

Outro dado interessante constatado nas entrevistas foi a semelhança nos percursos migratórios dos progenitores de dois dos jovens entrevistados; em ambos os casos os pais vieram primeiro do que as mães para Portugal, ambos em meados dos anos oitenta (Machado, 1998:22 e 27). Ambos os pais são iletrados, possuindo apenas a instrução escolar em árabe. Os denominadores comuns entre estes dois progenitores incidem no facto de são ambos serem de etnia mandinga, muçulmanos e de já terem conhecidos e amigos em Portugal, com o auxílio dos quais conseguiram entrar no país (existência de redes de sociabilidade transnacionais). As suas mulheres, nestes dois casos, só posteriormente se reagruparam aos seus maridos e, depois disso constituíram família em Portugal, com o nascimento dos seus filhos. Interrogamo-nos se estes casos retratarão um *tipo-ideal* de imigração deste grupo particular da comunidade guineense em Portugal. Os referidos pais destes dois entrevistados vieram na denominada **segunda vaga** migratória, que de acordo com Sangreman e Outros (2012:40) se caracterizou por uma corrente migratória essencialmente masculina, laboral e relativamente pouco qualificada, ou mesmo sem instrução.

Tal como já foi salientado, a maioria dos progenitores dos alunos entrevistados para este estudo, vieram para Portugal no período denominado de *terceira vaga*, consequência directa da guerra civil de 1998/1999. Da análise das entrevistas constata-se padrões dignos de registo. Observa-se, por exemplo, que todos os progenitores à excepção de uma mãe, licenciada, mas que desempenha funções de operadora de caixa de supermercado, apresentam enquadramentos profissionais consonantes com as suas qualificações escolares, ou seja, desempenham actividades profissionais não-qualificados pelo motivo de na sua maioria serem detentores de níveis baixos de escolaridade (ou seja, a maioria apenas detém o 2º ciclo completo). Isto é, no caso destes progenitores, pode dizer-se que quanto menos qualificado, menores são as oportunidades de emprego.

Todos os jovens responderam em relação à importância da escola, que “estudar é importante para se ter um bom futuro”. Ao aprofundar o significado deste tipo de resposta, verificou-se que os jovens consideram “bom futuro” a estabilidade no emprego, a posse bens materiais, tais como, automóvel e casa própria e “dinheiro para ter dignidade”. A trajectória profissional da referida mãe licenciada e que desempenha funções de operadora de caixa de supermercado vai, a nosso ver, ao encontro daquilo a que se refere em sociologia como uma mobilidade descendente, isto é, a aceitação de desempenho de funções para os quais se está sobrequalificado por motivos de sobrevivência não conservando assim, os estatutos social e profissional que detinham nos seus países de origem (Có, 2003; Machado, 1998). Este caso é particularmente representativo dessa mobilidade descendente, uma vez que esta mãe é licenciada em Cuba, no âmbito dos protocolos intergovernamentais (Abreu: 2011:153) que o Estado da Guiné-Bissau manteve durante vários anos com os países do bloco Socialista.

#### 4.2. MODELO FAMILIAR E ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS

Os factores que concorrem no processo educativo de um estudante são múltiplos. Desde logo temos a própria “bagagem” cognitiva do aluno, isto é, a maturação dos seus órgãos cognitivos, essenciais e necessários para um processo educativo regular. A par das componentes disposicionais, existem as componentes situações, dos quais elegemos duas que consideramos determinantes: o **modelo familiar**, isto é, a

composição do agregado e o tipo de dinâmicas vividas dentro desse sistema e, as **estratégias educativas**, aqui traduzindo o conjunto de medidas levadas a cabo pela família e pelo próprio estudante para se assegurar de boa aprendizagem e desenvolvimento favorável. O Quadro 7 sintetiza a situação dos nossos entrevistados.

### Quadro 7

#### Composição familiar e estratégias educativas.

Entrevistado/a	Composição Agregado	Total Elementos	Dinâmica Familiar	Estratégias Educativas
A	Pai, Mãe e Irmão	4	União	Assíduos nas reuniões e proximidade no percurso escolar.
B	Mãe, tio, irmã e irmão	5	União	Autonomia educativa sem supervisão de adulto. Focados essencialmente nos resultados finais.
C & D	Pai, Mãe e 1 irmã e 2 Irmãos	6	União	Acompanhamento próximo e apoio no percurso escolar.
E	Pai, tio e tia e 2 primos	6	Não refere uma característica positiva da sua família, mas expressa desalento pelo divórcio dos pais.	Pai faz acompanhamento próximo e preocupado com o seu percurso escolar. Apoio e faz reforços positivos.
F	Mãe, Padrasto e 1 irmã e 1 irmão	5	Consideram-se todos muito esforçados e trabalhadores áduos	Acompanhamento superficial, focado nos resultados.
G	Pai, Mãe e tio	4	União	Acompanhamento distante mas com frequentes reforços positivos.
H	Tia, Tio e 4 primos	7	Forte laço de amizade entre todos os elementos.	Suporte e apoio a todos os níveis no que ao percurso escolar diz respeito.
I	Mãe e Irmã	3	Cumplicidade	Autonomia educativa sem supervisão de adulto. Focados essencialmente nos resultados finais.

A partir dos dados obtidos nas entrevistas, construiu-se ao quadro acima apresentado. Da análise do mesmo, verifica-se que os nossos entrevistados integram agregados familiares com 3 ou mais elementos. Estes dados confirmam a tendência verificada por outros investigadores, Scaglione (2010:20) e Mateus (2013:196), nos quais se conclui que os alunos descendentes de imigrantes vivem em agregados familiares mais numerosas do que os alunos autóctones, sendo que o grupo de alunos descendentes de imigrantes de origem guineense apresenta, em ambos os estudos, composições familiares mais extensas do que os portugueses.

A generalidade dos alunos considera que a dinâmica da sua família é a união. Podem ler-se discursos tais como:

“Seremos unidos é a nossa fonte de energia, embora às vezes se perca um pouco de privacidade porque todos se metem nos nossos assuntos.” (Entrevistada **B**).

Ou, como refere o entrevistado **G**: “fazemos a maior parte das vezes, todas as refeições em conjunto e sei que a melhor característica da família é a união, mas também somos uma família que “ferve em pouca água””.

Respostas muito próximas a estas duas são dadas por quase todos os outros entrevistados, com excepção do entrevistado **F**, que refere, em jeito de lamentação, o seguinte:

“Na nossa família somos todos muito trabalhadores, mas gostaria que fossemos mais unidos, porque sem união é tudo mais difícil”.

No que toca às estratégias educativas, podemos salientar em termos gerais que todos os encarregados de educação apresentam interesse pela trajectória escolar dos seus educandos, mas que a principal diferença reside nos pormenores. Isto é, por um lado, existem encarregados de educação que delegam todas as responsabilidades educativas às escolas e aos professores, deixando a gestão desse processo a cargo do próprio estudante, preocupando-se meramente com os resultados finais, ou seja, querendo apenas saber se passou ou não passou de ano. Questões tais como: com que notas terminou o ano? Qual foi a média de cada período lectivo e do final do ano, etc.,

nunca são equacionadas por estes encarregados de educação, por nós considerados encarregados de educação mais afastados dos processos educativos dos seus filhos. Ilustrativo deste tipo de encarregado de educação é a resposta dada pela entrevistada

**B:**

“A minha mãe preocupa-se com o resultado no final do ano (...) deixou de ir às reuniões da escola desde o 9º ano, e desde o 10º ano sou eu que me responsabilizo pelo meu desempenho”.

Por outro lado, existem encarregados de educação que se preocupam verdadeiramente com a trajectória dos seus educandos, e para isso, têm interesse e disponibilidade para apoiar, acompanhar e auxiliar com outros recursos, com vista a salvaguardar o superior interesse da aprendizagem dos seus educandos. Atente-se à resposta do entrevistado **D** a este respeito:

“Os meus pais acompanham os meus estudos de perto. Quando no 10º ano tive dificuldades a matemática, imediatamente se arranjou um explicador e com o meu empenho as notas começaram a subir”.

Outro jovem salienta as estratégias de reforço no seu processo educativo:

“Recebo muitas recompensas pelo meu bom desempenho, mas nunca são materiais, são antes, carinho e afecto” (Entrevistado **C**).

Em suma, seja porque os jovens não têm maturidade e capacidade de se auto-governar sozinhos, ou porque não incapazes de gerir os seus deveres e compromissos escolares, verifica-se que os alunos que são “largados ao seu destino educativo” apresentam resultados piores do que os alunos que têm suporte familiar e acompanhamento próximo na sua trajectória educativa. Da nossa investigação constatamos que os alunos com melhor desempenho escolar e aspirações futuras mais ambiciosas são aqueles cujos pais apresentam melhores qualificações e empregos, revelando assim estatutos sócio-profissionais mais elevados. Há uma evidente influência positiva entre as trajectórias e percursos futuros dos seus filhos. Contudo, é de salientar que também se constatou a existência de jovens com grande ambição

futura e trajetórias escolares muito positivas sem que os seus progenitores se enquadram o perfil acima descrito.

#### 4.3. EXPERIÊNCIAS E EXPECTATIVAS ESCOLARES

O ambiente escolar e as experiências que aí se vivem são de extrema importância quer na formação do carácter quer no desenvolvimento do indivíduo, neste caso, do aluno. A escola, concebida, inicialmente, para formar cidadãos em conformidade com um determinado modelo cívico, passou de um lugar de assimilação para um lugar de segregação e discriminação (Payet, 2000), resultado da massificação do ensino e do acesso de diferentes populações. Esta massificação trouxe alterações à população escolar, mas não só, também alterou os processos e procedimentos de ensino, bem como os resultados e o ambiente escolar (Mateus, 2013:250). Esta autora constata o que diversos estudos internacionais já verificaram: que o valor simbólico atribuído à escola pela comunidade envolvente, varia na razão inversa do número de alunos descendentes de imigrantes, ou seja, quanto menos alunos descendentes de imigrantes mais prestigiada é a escola e vice-versa (Mateus, 2013:250).

Nas nossas entrevistas procuramos compreender o ambiente escolar a partir dos discursos dos nossos entrevistados. Registe-se que se denotaram discursos muito distintos. De acordo com o estudo de Mateus (2013), um terço dos alunos guineenses enfrenta dificuldades precocemente (2013:230). Em comparação com os seus pares de origem africana, os alunos descendentes de guineenses apresentam menor cobertura do apoio escolar nas disciplinas nucleares e são, também, aqueles que mais declaram “nunca estudar” ou, a par com os alunos angolanos, “apenas investem na véspera dos momentos de avaliação” (Mateus, 2013:237-238):

Entrevistado **B**: “Não gosto desta escola, mudaria tudo, os professores e os funcionários. A única coisa boa é porque é perto da minha casa. Não sou das melhores, mas também não sou das piores alunas. Chumbei duas vezes, no 5º e no 9º ano, as minhas bases não eram muito boas”;

A Entrevistada **E** salienta a vertente social da escola como a parte mais positiva, dizendo “não gosto nada das instalações, são muito velhas, mas gosto muito dos meus

colegas, porque com eles me sinto bem...sou uma aluna mais ou menos, embora já tenha chumbado no 7º ano – por burrice.”;

Entrevistado **G**: “Eu gosto muito desta escola, embora pudesse ter melhores infraestruturas e mais equipamentos tecnológicos. Sou um aluno que se esforça para não ter negativas, sou um aluno...normal. Já chumbei, no 4º ano por motivos de doença...faltei muito às aulas nesse ano, estava doente”.

Segundo o estudo de Mateus (2013), nos descendentes de imigrantes encontram-se variações expressivas nas aspirações e expectativas. A generalidade dos alunos PALOP apresenta um elevado nível de indefinição, de entre estes, “apenas 30% dos filhos de guineenses têm como objectivo ideal concluir o ensino secundário” (Mateus, 2013:266-267). Os discursos que se seguem não apenas superaram essa escolaridade (pois trata-se de um estudo que incide sobre alunos do secundário), como se verifica claramente que estes alunos têm as suas expectativas e aspirações muito bem definidas nas suas mentes:

Entrevistado **D**: “Nunca chumbei. No 9º ano fiz parte do quadro de mérito da escola. Estudar é muito importante, porque sem estudos não se conseguem alcançar os objectivos. No futuro gostava de ter uma profissão que me desse estabilidade e me permita viver bem o resto dos anos que trabalhar.”;

Entrevistado **H**: “Estudar é a única maneira de termos bom futuro, ter sucesso, auto-realização e uma vida estável, financeiramente. Gosto muito desta escola e dos momentos com os meus amigos, os nossos grupos nos intervalos. Acho que para se ser um bom aluno, é necessário ser-se esforçado, dedicado, mostrar interesse e ter muita força de vontade. Gostaria de ser advogado”;

Entrevistado **I**: “Estudar é muito importante porque é a fonte de conhecimentos e informação que permite tomar decisões correctas e da vida. Mas eu sei que a escola não dá todas as ferramentas, muitas são adquiridas na vida, com a experiência. Considero-me um aluno mediano. Nunca chumbei. Vou seguir engenharia informática, apenas tenho que fazer umas pequenas melhorias em algumas notas”.

A partir dos discursos destes entrevistados, não se poderá afirmar que este grupo de descendentes de imigrantes se trata de um grupo problemático do ponto de vista do desempenho escolar. Há, de facto, um entrevistado que se assume no passado como bastante mal comportado em sala de aulas, esse mesmo elemento evoca carências socioeconómicas como bloqueio das suas expectativas académicas futuras, mas esse pequeno “desvio” num grupo de alunos com percursos tranquilos, em certa medida, contrariam depoimentos homogeneizadoras sobre os alunos descendentes de imigrantes africanos serem, como refere Mateus: a “problemática africana” (Mateus, 2013:252).

Relativamente às expectativas futuras, constatamos que mais de metade dos entrevistados expressa a vontade de prosseguir estudos universitários. Tendo em consideração o perfil socioeducativo e profissional dos progenitores destes entrevistados, podemos aqui assumir que as atitudes destes jovens face ao futuro, são de alguma forma, a expressão de valores implícitos presentes nos seus quadros de referência profissional, em alguns casos, na grande maioria, evoluindo para esferas distantes das orientações familiares, como sejam nos casos em que mesmo os pais serem detentores de escolaridades baixas, eles almejem o acesso ao ensino universitário.

#### 4.4. FILIAÇÕES IDENTITÁRIAS E PROCESSOS DE ESTIGMATIZAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO

Neste subcapítulo apresentamos uma síntese dos discursos relacionados com as questões de pertença. Tomámos a iniciativa de agregar duas dimensões num só (filiações identitárias e Processos de estigmatização e discriminação) por entendermos que de alguma maneira são dimensões de análise que estão interligadas e conotadas com o sentimento de inclusão/exclusão. No Quadro 8 verificamos que a identificação com a sociedade portuguesa não exclui o sentimento de estigmatização e discriminação racial e que a apreciação dos costumes culturais guineenses e o uso habitual do crioulo não significa necessariamente uma identificação com a sociedade guineense.

## Quadro 8

### Percepção identitária e da discriminação dos entrevistados.

Entrevistado/a	Filiação Identitária	Língua Falada	Percepção da discriminação
<b>A</b>	Mais guineense do que portuguesa.	Em casa fala português e crioulo; na escola habitualmente português mas também crioulo com as amigas.	Considera que “os portugueses são racistas”. A cor da pele é um factor de discriminação na escola.
<b>B</b>	Mais portuguesa do que guineense.	Conversa habitualmente em português.	“Sem dúvida que existe discriminação em Portugal”; “Na sala de aulas há professores que diferenciam alunos de c.or dos alunos brancos”
<b>C</b>	Totalmente português.	Só português.	“Pode dizer-se que existe, porque há muito o estereótipo do “preto””.
<b>E</b>	Portuguesa porque nasci em Portugal, guineense porque sou negra.	Fala mal crioulo e o pai somente lhe fala em português.	Existe discriminação em Portugal. Mas não é só entre brancos e negros, é muitas vezes entre os próprios negros. Alguns rapazes me discriminam porque falo mal crioulo.
<b>F</b>	Guineense a todos os níveis.	Tem noções básicas do dialecto da sua etnia, <i>mandinga</i> , mas fala principalmente o crioulo.	Existe muita discriminação. Os portugueses fazem-me saber todos os dias que sou preto, porque falo diferente. Ser português está na cor da pele. Os portugueses são racistas e fingem que aceitam os pretos mas não aceitam.
<b>G</b>	Mais guineense do que português.	Fala habitualmente português, tanto em casa quanto com os pares.	Considero que em Portugal existe discriminação racial. Sinto isso na rua, nos autocarros e na escola e até na televisão. Desde mulheres a mudarem do passeio ou a agarrarem as malas de forma claramente assustadas, até <i>bocas</i> do género “preto da Guiné lava a cara com chulé”, já ouvi e vivi <i>tudo isso</i> .
<b>D</b>	Totalmente português	Sempre em português.	No meu caso, acho que não existe, nunca senti isso. Mas já ouvi histórias; uma colega não entrou num táxi porque o motorista disse que não transporta negros, por exemplo.
<b>H</b>	Tanto português quanto guineense.	Fala sempre português, mesmo quando lhe dirigem a conversa em crioulo habitualmente responde em português.	Claro que existe discriminação em Portugal. Aos olhos dos portugueses somos diferentes. Não tem que isso ser para nos tratarem de maneira pior, mas é evidente que se vê a diferença e essa diferença afecta o tratamento.
<b>I</b>	Claramente português.	Em casa fala uma mistura de português com o dialecto da etnia materna.	Existe discriminação em todo o lado e também existe em Portugal. Não só da parte dos brancos para com os negros mas também o contrário. Há muitos africanos que só se juntam e convivem entre si, isso para mim é uma forma de discriminação e de afastamento.

Falar de discriminação e estigmatização, é também falar de identidade. E, de acordo com Scaglione (2010:1), a identidade é aquilo que nos define e nos posiciona no mundo social e através dela (identidade) criamos as nossas pertenças, as quais são criadas e (re)criadas nela. Portanto, quando o tema trata sobre descendentes de imigrantes de origem africana, nos processos de filiação identitária, ter-se-á em conta tanto os aspectos culturais quanto a questão da cor da pele.

Nos discursos de todos os nossos entrevistados, denotou-se a evidenciação da cor da pele como factor de discriminação negativa e de conotação a um certo grupo (os africanos) em detrimento de outro (os portugueses). Da análise das respostas, confirma-se assim, essa forte presença discriminatória, experienciada tanto ao nível social:

“Uma vez estávamos na paragem do autocarro e sem mais nem menos vieram os polícias e nos mandaram embora só porque estávamos a dançar” (Entrevistado **H**).

Por outro lado, esta discriminação social também se revela ao nível da experiência escolar. A esse respeito refere a Cátia Domingos (2015), “as pessoas tendem a associar, à partida, os indivíduos “africanos” a um mesmo grupo por terem em comum um tom de pele mais escuro e não por identificarem a sua sociedade de origem e sua cultura, que consequentemente passa a ser considerada como homogénea pelo senso comum” (Domingos, 2015:5).

“As auxiliares quando nos vêem, duas ou três raparigas negras, perguntam “vocês são angolanas?” (...) as minhas melhores amigas são guineenses e cabo-verdianas” (Entrevistada **B**);

Como se o facto de se ser negra anulasse a possibilidade de ser-se portuguesa. A este respeito, refere Mateus (2013:226), que as raparigas descendentes de imigrantes têm uma maior presença de jovens de origem estrangeira entre os seus melhores amigos, de forma mais acentuada se tiverem origem nos PALOP.

“Certa vez uma professora disse-me “com esse nome donde és?” respondi, sou de Odivelas, insistiu, “mas onde nasceste?” disse, Lisboa. “Está bem, mas qual é a tua origem?”, respondi finalmente ao que queria saber: Guiné-Bissau” (Entrevistado F).

A vivência repetida destas experiências de discriminação contribui negativamente na criação de sentimentos de pertença à sociedade. Sobre esta questão, apurou Mateus (2013) que apenas 47% dos descendentes de imigrantes guineenses manifestam sentimentos de pertença portuguesa, sendo dos valores mais baixos de todo o PALOP. Em contrapartida 77% elege como sentimento mais forte o africano (Mateus, 2013:219).

#### 4.5 PRATICAS CULTURAIS E DE SOCIABILIDADE

As práticas culturais e de sociabilidade têm manifestações habitualmente diferentes entre jovens e adultos. Neste sentido, entendemos que quando se observam as práticas culturais e de sociabilidade dos jovens, em geral, devam ser utilizados *binóculos* muito peculiares, atendo à especificidade da condição jovem dessa população. Partindo de uma mesma dimensão, da especificidade da população observada, entendemos que observar este mesmo género de práticas nos jovens descendentes de imigrantes, não apenas requeira, mas antes exija, um olhar mais abrangente e complexo, visto tratar-se de um grupo portador de especificidade cultural consubstanciada e que por via da identificação étnica se constrói diferente dos seus pares. Nesta ordem de ideias, refere Machado (2002) citado por Mateus (2013:7), que a etnicidade não comporta apenas dimensões culturais, mas também sociais.

A socialização assume, assim, um importante papel na formação das práticas quer sociais quer culturais destes jovens. Scaglione (2010:42) indica que a socialização desempenha um duplo papel através das redes de sociabilidade; numa primeira instância nas relações primárias, junto da família e amigos e numa segunda instância nas relações com os colegas, professores e afins. Nas relações primárias incorporam-se os valores, as referências, as desigualdades de género e os estereótipos sociais. Nas secundárias integram-se outras realidades. Ora, se na adolescência os amigos desempenham um importante papel na construção da identidade, servindo de suporte

e contentor emocional e social e, atendendo à importância do papel da escola, cenário de interações diversas e profundas, será natural considerar que em termos gerais, os amigos dos jovens sejam sobretudo da escola e do bairro (Scaglione, 2010:42).

A maioria dos nossos entrevistados referem como amigos do círculo mais restrito, elementos da mesma comunidade, entenda-se, comunidade africana PALOP, evidenciando assim, relações mais intra-étnicas e mais fechadas. Nas palavras de Saint-Maurice (1997), citado por Scaglione: “O indivíduo, ao identificar-se com o grupo, identifica-se com os atributos que ele próprio lhe atribui, assim como se dissocia das características que imputa a outro grupo” (Scaglione, 2010:12).

“Todos os meus amigos têm também origem africana e vivem no meu bairro” (Entrevistado **A**);

Para a generalidade dos entrevistados a discriminação racial é um facto, algumas vezes explícita outras vezes latente ou disfarçada. A cor da pele é mencionada como factor condicionador e limitador em diversos contextos:

“Tudo à minha volta me faz sentir-me *black*, que sou “preto da Guiné...”; “Durante um jogo de futebol já me chamaram macaco” (Entrevistado **G**);

“Sou preto porque os portugueses me fazem saber isso todos os dias...” (Entrevistado **F**);

O estudo de Sandra Mateus (2013), constatou que os alunos guineenses são quem menos assinala os pares autóctones como amigos (Mateus, 2013: 226) tendo nos seus grupos de pares mais amigos de origem estrangeira. Por outro lado, é interessante observar que, os jovens pertencentes a famílias em estratos socioeconomicamente mais elevadas, apresentam menos práticas de cariz “africana”, pese embora se reconheçam etnicamente como negros, os seus grupos de pares e de identificação são, mais heterogéneos ou fundamentalmente “todos portugueses, brancos” segundo as palavras do Entrevistado **D** para referir-se à origem dos seus amigos e pares: “desde portugueses, angolanos e cabo-verdianos, tenho de tudo...”.

É caso para supor que os posicionamentos perante a realidade em que vivem, na sociedade portuguesa, contribua para que os entrevistados assumam posições divergentes em função da sua área de residência o que tem influência no seu grupo de pares; isto é, apesar de todos os entrevistados residirem em Odivelas, verificou-se que alguns vivem em zonas mais modernas e centrais, com serviços e habitações modernas, e outros vivem nas periferias, em habitações mais antigas e menos serviços (farmácias, comércio, etc.). Os entrevistados das zonas modernas integram grupos de pares formados por elementos de etnia branca e negra, sendo mais os elementos brancos do que os elementos negros. Os outros jovens integram grupos mais homogéneos em termos de etnia; mesmo quando a maioria dos pares não é de origem guineense, constata-se que são originários de outros países PALOP.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A imigração guineense para Portugal é um fenómeno com cerca de quatro décadas, fundamentalmente pós-colonial, caracterizada por três grandes vagas migratórias. Os dados disponíveis evidenciam mais semelhanças do que diferenças, porém a comunidade guineense residente em Portugal é uma comunidade muito diversa, quer em termos de origem social, étnica e geográfica, quer em termos de perfis de qualificações e socioprofissionais – aspecto em que acreditamos serem na verdade, bastante homogéneos.

Com base nos dados apresentados ao longo do primeiro capítulo, dois aspectos fundamentais se podem salientar: em *primeiro* lugar, os dados subestimam a real dimensão da comunidade de origem guineense residente em Portugal, que inevitavelmente inclui, também, os imigrantes que adquiriram a nacionalidade portuguesa, aqueles que se encontram em situação irregular e ainda, os descendentes de imigrantes guineenses (o universo sobre a qual este estudo incide). Em *segundo* lugar, a comunidade tem registado um decréscimo – apesar do ligeiro aumento (2012, 2013 e 2014).

Com este trabalho de dissertação propusemo-nos desenvolver os seguintes objectivos: compreender em que medida o nível de escolarização dos progenitores afecta e influencia as trajectórias escolares dos filhos. Em segundo lugar, se a existência de uma rede de amizades predominantemente inter-étnica teria influencia favorável ou desfavorável no desempenho social e escolar e, por fim, compreender de que modo esses factores influem na percepção da estigmatização e discriminação social dos jovens da segunda geração da comunidade guineense.

Para o efeito, fizemos uma revisão aos desenvolvimentos teóricos de Alejandro Portes, que observam a experiência dos descendentes de imigrantes a partir dos conceitos de assimilação (no contexto norte-americano). Identificamos divergências e convergências com outros estudos que se referem aos descendentes de imigrantes guineenses nascidos em Portugal (Pires, 2009; Mateus, 2013).

Concordamos com Pires (2009), que a adaptação da segunda geração de imigrantes em Portugal é diferenciada de acordo com a origem étnica (Pires, 2009:137). Através de entrevistas aprofundadas, onde foi atribuída uma particular relevância às histórias de vida de cada entrevistado, fomos construindo e organizando as narrativas de modo a compreender e apreender as trajectórias familiares, sociais e escolares destes descendentes de imigrantes guineenses.

Assim, e com base nos dados que nos foi possível aceder e tratar, consideramos que a comunidade envolvente condiciona a trajectória do indivíduo, porém o capital económico e o local de residência – no sentido da influência dos pares – são mais determinantes nas expectativas de mobilidade social e profissional e os jovens entrevistados parecem ter esta ideia muito presente.

De entre os jovens entrevistados é possível diferenciar dois tipos distintos de perfis de segunda geração de imigrantes guineenses:

a) Um grupo de jovens de estratos médios, que detêm uma adaptação consonante ao estatuto sócio-económico e social dos pais, tal como também concluiu Pires (2009:137). São alunos com muito interesse nos estudos e empenhados na persecução de objectivos dos seus projectos educativos pessoais. As suas aspirações futuras são

muitas vezes projecções de referências de proximidade, como sejam, na carreira e estilo de vida dos pais, etc. Apresentam continuidade cultural e linguística (a língua portuguesa é a principal, quando não mesmo a única língua falada), evidenciam trajectórias escolares mais bem-sucedidas, pertencem a grupos de pares mais heterogéneos e não manifestam particular interesse pelo país de origem dos seus progenitores e apresentam, na sua generalidade, uma noção vaga da estigmatização e discriminação racial.

b) Um segundo grupo, formado por elementos pertencentes a estratos sociais economicamente mais desfavorecidos. Esta condição sócio-económica afecta os seus percursos escolares, originando limitações a vários níveis (no acesso aos materiais escolares, às actividades extra-curriculares, ao apoio pedagógico, só para citar alguns exemplos). Apresentam uma maior identificação com a comunidade guineense, revelam trajectórias escolares com historial de retenções e episódios de potenciais maus comportamentos e manifestam mais sentimentos de rejeição e consequente fechamento e resistência, ou seja, evidenciam maiores contrastes com a cultura portuguesa. Os seus grupos de pares são mais intra-étnicos, a língua crioula é utilizada com mais frequência do que a língua portuguesa, relatam experiências pautadas por percepções de discriminação e racismo exacerbados, e denotam uma maior frustração e pessimismo em relação ao futuro. Neste segundo grupo verificou-se, também, um fenómeno que designamos de *distanciamento parental* dos seus papéis de orientadores/supervisores do percurso escolar, enquanto progenitores e encarregados de educação. Alguns dos motivos apresentados prendem-se com as ocupações profissionais, outros decorrem, segundo apuramos, das suas limitações escolares, o que a dada altura do percurso escolar dos filhos os dificulta no acompanhamento/auxílio nos estudos, acabando por se afastar de essas e de outras responsabilidades.

Concluimos, tal como Mateus (2013:343), que as filiações culturais não são homogéneas e se articulam com diversas outras filiações sociais, ultrapassando as heranças culturais. Neste sentido, a ascendência guineense *per si* pode tornar-se

falaciosa quando se trata de analisar estes jovens, “descendentes de imigrantes”, visto apresentarem grande diversidade interna (Mateus, 2013:344).

A construção da identidade é um processo fundamental e complexo nos jovens descendentes de imigrantes africanos. Neste sentido, as identidades chamadas de “segundas gerações” constroem-se numa cultura mista, não em duas culturas opostas, donde resulta a identidade mista, produto de um *continuum* entre uma identidade africana e uma portuguesa (Scaglione citando Padilla, 2010:49), contendo elementos de ambas as culturas, da cultura “mista” e da cultura transnacional. Porém, segundo apuramos, pode ser tão negativo ser africano como ser uma “mistura” entre africano e português, pois nestas circunstâncias como disse um entrevistado, “não se é nem peixe nem carne”, sendo que a identificação a um grupo concreto é fundamental por razões de pertença e integração, pese embora se reconheça que outros se sentem bem neste papel, como reflecte esta frase de um entrevistado “é o melhor dos dois mundos, quer se queira ou não”.

Através da nossa pesquisa verificamos que do ponto de vista identitário os nossos entrevistados apresentam uma multiplicidade de referências e sentimentos de pertença, que tendem a variar de acordo com o acesso à cultura de origem dos progenitores, a reprodução dos costumes e a zona de residência e a constituição dos seus grupos de pares.

No caso concreto destes entrevistados, a socialização primária fortalece a utilização da língua crioula em casa, a realização de costumes e usos tradicionais e a frequência de eventos e festividades guineenses. Aliado a todo este processo de interiorização de *maneirismos* guineenses, temos o sentimento de rejeição, sentido por muitos destes jovens por parte da sociedade caucasiana. Assim, podemos dizer que os elementos positivos da cultura africana resgatados e reinterpretados por estes jovens, produzem um efeito de legitimação de um passado comum com os seus progenitores (Scaglione, 2010:49), ou seja, aprendem a ser africanos fora de África.

Em termos de perfil socioeconómico, verificamos neste grupo, alunos com pais em distintos estatutos socioeconómicos e social. Esses estatutos nada têm a ver com o

momento de chegada a Portugal, mas sim como a formação académica. Assim, com base na informação apurada das entrevistas, podemos associar as suas integrações sociais aos seus níveis socioeconómicos da seguinte maneira: por um lado temos os jovens pertencentes a estratos sociais médios, que apresentam uma identificação e adaptação consonante com o país de acolhimento dos progenitores. Por outro lado, temos jovens pertencentes a estratos socioeconomicamente mais desfavorecidos, que apresentam trajectórias sociais mais sinuosas.

Assim, podemos dizer, em jeito de conclusão que quanto mais se eleva a nível socioeconómico mais se verificam distanciamentos em relação às origens guineenses, nestas famílias, como se houvesse alguma incompatibilidade em uma assimilação bem-sucedida e a preservação dos costumes e hábitos culturais guineenses. É também notório que a maioria dos entrevistados reconhece a instituição escolar como a principal via de ascensão social, porque assumem que através da frequência universitária poderão conseguir uma melhor oportunidade no mercado de trabalho, o que poderá proporcionar uma vida mais confortável e condigna, social e financeiramente. Este é um pensamento transversal a todos os entrevistados.

## BIBLIOGRAFIA

AAVV (1989), Juventude Portuguesa. Situações, Problemas, Aspirações, Lisboa, Instituto da Juventude e Instituto de Ciências Sociais (vários volumes).

AAVV (2003), *International Migration Review*, vol. XXXVII, nº4.

Abreu, Alexandre (2011), Mobilidade e migrações na Guiné-Bissau: dinâmicas históricas e determinantes estruturais, *Revista Internacional em Língua Portuguesa – Migrações*, 26, pp. 146-162.

Alba, Richard e Victor Nee (2003), *Remaking The American Mainstream: Assimilation and Contemporary Immigration*, Cambridge, Harvard University Press.

Bhabha, Homi (1994), *The Location of Culture*, London, Routledge.

Borges, Manuela (2010), Migrações e Género: Acerca das migrações guineenses em Portugal, 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

Boulot Serge, Boyzon-Fradet Danielle. L'Ecole française : égalité des chances et logiques d'une institution. In: *Revue européenne des migrations internationales*, vol. 4, nº1-2, 1er semestre 1988. L'immigration en France, sous la direction de Jacqueline Costa-Lascoux. pp. 49-83.

Cardoso, Carlos (1994), A Transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil, Soronda – *Revista de Estudos Guineenses*, 17, pp. 5-30.

Cardoso, Leonardo (2002), Subsídios para o estudo dos movimentos migratórios na Guiné-Bissau, Soronda – *Revista de Estudos Guineenses*, nova série (3), pp.29-50.

Carvalho, Maria João Leote de (2003), *Entre as Malhas do Desvio. Jovens, Espaços, Trajectórias e Delinquências*, Oeiras, Celta.

Cidra, Rui (2002), "«Ser real»: o rap na construção de identidades na Área Metropolitana de Lisboa", *Ethnologia*, 12-14, pp. 189-222.

Có, João Ribeiro Butiam (2003), *Migrações Guineense e Retorno: um Mito ou uma Realidade Desencorajada?*, Tese de Mestrado, ISEG/UTL.

Có, João Ribeiro Butiam, (2011), *Migrações e desenvolvimento na Guiné-Bissau: experiências e controvérsias dos actores envolvidos no processo*, *Revista Internacional em Língua Portuguesa – Migrações*, 26, pp. 132-144.

Colombo, Enzo, Luisa Leoni e Paola Rebrughini (2009), *Different But Not Stranger: Everyday Collective Identification Among Adolescent Children Of Immigration*.

Contador, António (2001), *Cultura Juvenil Negra em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

Crul, Maurice e Jens Schneider (2012), "Conclusions and implications: the integration context matters", em Maurice Crul, Jens Schneider e Frans Lelie (eds.), *The European Second Generation Compared: Does the Integration Context Matter?*, Amesterdão, Amsterdam University Press, pp.375-403.

Dias, Pedro; Machado, Rui; Pinto Ferreira, Ana (2015), *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2015*, Lisboa, SEF/GEPEF.

Delgado, Anabela, Amorim, Carlota, Dias, Carlos, Paulino, Paula (2014), "Caracterização da população Estrangeira a residir em Portugal, com base nos Censos de 2011", *Revista de Estudos Demográficos*, 53, pp. 35-48.

Demack, S., D. Drew and M. Grimsley (2000) 'Minding the Gap: Ethnic, Gender and Social Class Differences in Attainment at 16, 1988—95', *Race, Ethnicity and social class*.

Domingos, Cátia Alexandra (2015), *Cor e Educação na Construção do Futuro dos Jovens de Origens Africanas em Portugal*. Lisboa: ISCTE, 2015, Dissertação de Mestrado.

Feixa, Carles (2006), *De Jóvenes, Bandas e Tribus*, Barcelona, Editorial Ariel.

Filho, João Lopes (2002), "Entre duas culturas: os filhos dos imigrantes caboverdianos", *Ethnologia*, 12-14, pp. 163-188.

Fradique, Teresa (1999), "Nas margens...do rio: retóricas e performances do rap em Portugal", in Gilberto Velho (org.), *Antropologia Urbana. Cultura e Sociedade no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro, Zahar, pp. 121-140.

Gable, Eric (2000), *The Culture Development Club: Youth, neo-tradition, and the construction of society in Guinea-Bissau*, *Anthropological Quarterly*, 73(4), pp. 195-203.

Galli, Rosemary E., e Jocelyn Jones (1987), *Guinea-Bissau. Politics, Economics and Society*, Londres, Frances Printer (Publishers).

Gans, Herbert (1992), "Secondo generation decline: scenarios for the economic and ethnic future of the post-1965 American Immigrants", *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 15, No.2, pp- 173-93.

Garcia, José Luís (2000), *Estranhos. Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa*, Oeiras, Celta.

Gleitman, Henry (2002), *Psicologia. 5ª Edição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Godinho, Susana (2009), *Novos Possíveis: Estratégias Identitárias de Mulheres Oriundas da Guiné-Bissau em Portugal*. Lisboa: CIES-ISCTE.

Gusmão, Neusa Maria Mendes de (2004), *Os Filhos da África em Portugal. Antropologia, Multiculturalidade e Educação*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Justino, David, Margarida Marques, Tiago Ralha, Susana Palácio e Hugo de Seabra (1999), "Children of immigrants: a situation in flux between tension and integration", in *22 Metropolis International Workshop Proceedings*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 273-304.

Hall, Stuart (2003) *Cultural Identity and Diaspora*, Braziel and Mannor (eds.), *Theorizing Diaspora*, Londres, Blackwell.

Hochet, Anne-Marie (1983), *Paysanneries en Attente – Guinée-Bissau*, Dacar, *Environnement Africain*.

Kao, G. & Tienda, M. (1995). Optimism and achievement: The educational performance of immigrant youth. *Social Science Quarterly*, 76, 1-19

Kroeber, A.L. & C. Kluckhohn (1952). *Culture: A critical review of concepts and definitions*.

Machado, Fernando Luís (1994), Luso-africanos em Portugal – nas margens da etnicidade, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 16, pp. 114-115.

Machado, Fernando Luís (1997), Contornos e especificidades da imigração em Portugal, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 24, pp. 9-44.

Machado, Fernando Luís (1998), “Da Guiné-Bissau a Portugal: luso-guineenses e imigrantes”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 26, 9-56.

Machado, Fernando Luís (1999), Imigrantes e Estrutura Social, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 29, pp. 57-76.

Machado, Fernando Luís (2002), “Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos guineenses em Portugal”, Oeiras, Celta.

Machado, Fernando Luís (2002b), Guineenses no mercado de trabalho: entre a homogeneidade e a diferenciação, *Imigração e Mercados de Trabalho, Cadernos Sociedade e Trabalho II, MSST/DEPP*, pp. 13-24.

Machado, Fernando Luís, Ana Raquel Matias e Sofia Leal (2005), “Desigualdades sociais e diferenças culturais: os resultados escolares dos filhos de imigrantes africanos”, *Análise Social*, 176, pp. 695-714.

Machado, Fernando Luís; Matias, Ana Raquel (2006). *Jovens Descendentes de Imigrantes nas Sociedades de Acolhimento: Linhas de Identificação Sociológica*. Lisboa: CIES e-WorkingPaper nº 13.

Machado, Fernando Luís (2008), Filhos de Imigrantes Africanos no Mercado de Trabalho: Acessos, Perfis e Trajectos, in Peixoto, João (Org.), *Revista Migrações – Número Temático Imigração e Mercado de Trabalho*, Abril, nº2, Lisboa: ACIDI, PP. 121-158.

Marques, Margarida e Joana Lopes Martins (2005), *Jovens, Migrantes e a Sociedade da Informação e do Conhecimento. A Escola Perante a Diversidade*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e as Minorias Étnicas.

Mateus, Sandra (2013), *Futuros Convergentes? Processos, Dinâmicas e Perfis de Construção e Orientações Escolares e Profissionais de Jovens Descendentes de Imigrantes em Portugal*. Tese de Doutoramento, Lisboa: ISCTE, IUL.

Medina, Nambú (2008), *O Ecosistema Orizícola na Guiné-Bissau: Principais constrangimentos à Produção na Zona I (Regiões de Biombo, Cacheu e Oio) e Perspectivas*, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa.

Meurs, Dominique, Ariane Pailhé e Patrick Simon (2005), *Mobilité Intergénérationnelle et Persistance des Inégalités. L'Accès à l'Emploi des Immigrés et de leurs Descendants en France*, Paris, Institut National d'Études Démographiques.

Monteiro, Maria Benedicta; Lima, Maria Luísa; Vala, Jorge (1991), "Identidade social. Um conceito chave ou uma panaceia universal?". *Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa.

Nóbrega, Álvaro (2003), *A Luta pelo Poder na Guiné-Bissau*, Lisboa, ISCSP/UTL;

OCDE (2006), *Where immigrant students succeed – A comparative review of performance and engagement in PISA 2003*, Paris, OCDE.

Padilla, Beatriz (2010 forthcoming), *Recreating Youth Identities: a Strategy to belonging somewhere. Youth of African Descent in The Lisbon Metropolitan Area*, *Jovens e Rumos*.

Paes, Isabel Sasseti (1993), "Crianças de imigrantes. Que oportunidades?", in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do 2º Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 296-316.

Payet, J.-P. (2000), *Civilité et ethnicité à l'école. Une sociologie morale des mondes scolaires disqualifiés*, Lyon, Université Lumière Lyon 2.

Payet, J.-P., GEOFFROY, G., LAFORGUE, D., e VISSAC G. (2002), *Mondes et territoires de la ségrégation scolaire*, Lyon, Université Lyon 2, Ariese-Reseau.

Payet, Jean-Paul (2005), A Escola e a Modernidade. Lisboa: Análise Social, Número 176, Vol. 40: 681-694, ISCTE.

Pélissier, René (1989), *História da Guiné: Portugueses e Africanos na Senegâmbia*, Lisboa, Estampa.

Pires, Sónia (2009), *A Segunda Geração em Portugal e a Diferenciação do Percorso Escolar – Jovens de origem Cabo-verdiana versus Jovens de origem hindu-indiana*. Observatório da Migração, Lisboa: ACIDI.

Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta.

Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020 (2015) – Resolução do Concelho de Ministros nº 12-B/2015, Governo de Portugal.

PORTES, Alejandro e MACLEOD, Dag (1999), «Educating the Second Generation: Determinants of Academic Achievement Among Children of Immigrants in the United States», *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 25 (3), pp. 373-396.

Portes, Alejandro (1999), *Migrações. Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta Editora.

Portes, Alejandro e Min Zhou (1993), “The new second generation: segmented assimilation and its variants”, *Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*, 530, pp.74-96.

Portes, Alejandro (1996), *The New Second Generation*, New York, Russel Sage Foundation.

Portes, Alejandro (1999), «Os filhos dos imigrantes. A Assimilação segmentada e os seus determinantes». Oeiras, Celta Editora, pp. 97-123.

Portes, Alejandro e Ruben G. Rumbaut (2001), *Legacies: The Story of Immigrant Second Generation*, Berkeley, University of California Press.

Quintino, Maria Celeste Rogado (2004), *Migrações e Etnicidade em Terrenos Portugueses. Guineenses: Estratégias de Invenção de uma Comunidade*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Ramakrishnan, S. Karthick (2004), "Second-generation immigrants? The '2.5 generation' in The United States", *Social Science Quaterly*, 85 (2), pp. 380-399

Robin, Nelly (1994), *Une nouvelle géographie entre concurrences et redéploiement spatial. Les migrations oust-africaines au sein de la CEE*, *Revue Européenne des Migrations Internationales*, Vol. 10 (3), pp. 17-31.

Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas* (3a ed.). São Paulo: Atlas.

Rosales, Marta e Outros (2009) *Crescer Fora de Água?: Expressividades, Posicionamentos e Negociações Identitárias de Jovens de Origem Africana na Região Metropolitana de Lisboa* (Estudos OI;37). Lisboa: Observatório da Imigração. ACIDI, I.P.

Sangreman, Carlos; Estêvão, João; Abreu, Alexandre; Carreiro, M.<sup>a</sup> João, Sousa Jr., Fernando (2012), *Assessment Of The Development Potential Of The Guinea-Bissau Diaspora In Portugal And France*, Lisboa, International Organization for Migration.

Santos, Irene (2004), *Quem Habita os Alunos? A Socialização de Crianças de Origem Africana*, Lisboa, Educa.

Scaglione, Alejandra Ortiz (2010), A Identidade na Encruzilhada: Jovens Descendentes de Imigrantes e os Seus Processos Identitários. Lisboa: ISCTE, 2010, Dissertação de Mestrado. Disponível em www: <http://hdl.handle.net/10071/2587>.

Seabra, Teresa (1994), Estratégias Familiares de Socialização das Crianças. Etnicidade e Classes Sociais, Lisboa, ISCTE (tese de mestrado em sociologia).

Seabra, Teresa (2012), Desigualdades de Desempenho Escolar: Etnicidade, Género e Condição Social em Escolas Básicas da Área Metropolitana de Lisboa. Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Número Temático: Imigração, Diversidade e Convivência Cultural, pág. 185-210.

Seabra, Teresa e Outros (2011), Trajetos e Projetos de Jovens Descendentes de Imigrantes à Saída Escolaridade Básica. Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI.

Soysal, Yasemin (2000) "Citizenship and Identity: living in diásporas in post-war Europe?" *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 23, No.1, pp. 1-15.

Sudan, Dimitri (2002), Construction Identitaire chez les Jeunes Afro-Portugais à Lisbonne, Paris, L'Harmattan.

Tavares, Manuel Viegas (1998), O Insucesso Escolar e as Minorias Étnicas em Portugal. Uma Abordagem Antropológica da Educação, Lisboa, Instituto Piaget.

Thomson, Mark and Crul, Maurice (2007) 'The Second Generation in Europe and the United States: How is the Transatlantic Debate Relevant for Further Research on the European Second Generation?', *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 33:7, 1025 – 1041.

Triviños, A. (1987). Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas.

Vala, Jorge e Sheila Khan (1999), "Traços negros (aculturação e identidades dos jovens de origem africana)", in José Machado Pais (ed.), *Traços e Riscos de Vida*, Porto, Âmbar.

Vala, Jorge, Vítor Sérgio Ferreira, Marcus Eugénio Lima e Diniz Lopes (2003), *Simetrias e Identidades. Jovens Negros em Portugal*, Oeiras, Celta.

Vallet, L.-A.; Caille, J.-P. (1996), "Les élèves étrangers ou issus de l'immigration dans l'école et le collège français. Une étude d'ensemble", in *Les dossiers d'Éducation et Formations*, 67, Paris, Direction de l'évaluation et de la prospective, Ministère de l'Éducation National.

Van Zanten, A.; ANDERSON-LEVITT, K. (1992), "L'Anthropologie de l'éducation aux États-Unis: méthodes, théories et applications d'une discipline en évolution", in *Revue Française de Pédagogie*, 101 (octobre-novembre-décembre), 79-104.

Van Zanten, Agnès (2001). - *L'école de la périphérie*, Paris, PUF, 424 pgs.

Wright, Donald R. (2010), "The World and a Very Small Place in Africa. A History of Globalization in Niimi, The Gambia. Nova Iorque: M.E. Sharpe

# ANEXOS

## **ANEXO I**

### **GUIÃO DE ENTREVISTA**

#### **TRAJECTÓRIA MIGRATÓRIA DA FAMÍLIA**

1. Em que país nasceste e qual é a tua nacionalidade?
2. Onde nasceram os teus pais e qual a suas nacionalidades?
3. Há quanto tempo se encontram os teus pais em Portugal?
4. Conheceram-se cá ou no estrangeiro?
5. Sabes quais foram os motivos que os trouxeram a Portugal?
6. Já tinham familiares ou amigos em Portugal?
7. Descreve o teu agregado familiar (com quantas pessoas vives, que relação de parentesco tens com elas).
8. Descreve o local onde moras. Há quanto tempo aí moras?
9. Se pudesses, o que mudavas no teu bairro?

#### **EXPERIÊNCIA ESCOLAR**

1. Estudar é importante? Para quê?
2. Como te descreverias como aluno?
3. Na tua opinião o que é ser um bom aluno e o que é preciso para se chegar lá?
4. Alguma vez chumbaste? Quando e porquê?
5. O que mais gostas e menos gostas na tua escola? Se pudesses mudarias alguma coisa?

#### **ASPIRAÇÕES E EXPECTATIVAS ESCOLARES E PROFISSIONAIS**

1. Que opções escolheste no secundário? Porquê?
2. Até que ano gostarias de estudar? Porquê? E até que ano achas que vais conseguir estudar? Porquê?
3. Que profissão gostarias de ter? Porquê? Achas que vais conseguir?
4. O que achas que é mais importante para teres sucesso no futuro?
5. Achas que vais ter uma vida melhor, igual ou pior que os teus pais? Porquê?

#### **EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

1. Alguma vez trabalhaste? Que tarefa desempenhaste? Por quanto tempo?
2. O que pensas sobre essa experiência?
3. O que pensam os teus pais sobre essa experiência?

#### **UNIVERSOS PROFISSIONAIS DE REFERÊNCIA**

1. Até que ano estudou a tua mãe e o teu pai? Que profissões têm?
2. E os teus irmãos (caso existam), até quando estudaram/estudam?
3. E os teus colegas de origem guineense, sabes que escolaridade e profissões têm alguns dos seus pais?

#### **PRÁTICAS CULTURAIS E DE SOCIABILIDADE**

1. Descreve o teu dia-a-dia: depois da escola o que costumavas fazer?
2. Descreve os teus melhores amigos (rapazes/raparigas). São da escola ou do bairro onde moras? Têm pais de origem estrangeira ou não?

#### FILIAÇÕES IDENTITÁRIAS

1. Com que país te identificas mais? A que país sentes que pertences?
2. Em que medida te sentes português? E em que medida te sentes guineense?
3. Existem situações em que te sentes mais uma coisa ou outra? Descreve.
4. Costumas ir a festas ou encontros da Guiné-Bissau? Onde? Como são?
5. Conheces o país de origem dos teus pais? Como o descreverias? Se não conheces, gostavas de conhecer? Gostarias de viver lá?
6. Achas que és diferente dos outros alunos que não têm pais estrangeiros? Porquê?

#### LÍNGUA

1. Em casa, que língua costumavas falar? E na escola? E com os teus amigos?
2. Há alguma ocasião em que os teus pais falem contigo em português ou em língua estrangeira?

#### MODELO FAMILIAR E ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS

1. Como é a tua relação com a tua família? O que costumam fazer juntos?
2. Se pudesses mudavas alguma coisa na tua família? Qual é a melhor coisa que tem a tua família? E a pior?
3. Alguém da tua família costuma ir às reuniões da escola?
4. A tua família preocupa-se com as tuas notas? Costumam castigar-te se não tens boas notas? E recompensar-te se tens boas notas?
5. Que profissão é que a tua família gostaria que tivesses? Que profissão é que os teus pais não gostariam que tivesses por ser rapariga (rapaz)?

#### PROCESSOS DE ESTIGMATIZAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO

1. Achas que existe discriminação em Portugal?
2. Alguma vez viste e/ou foste vítima de discriminação? Como foi?
3. Alguma vez discriminaste alguém? Como foi?
4. Na tua vida, até agora, quais foram os acontecimentos mais importantes, que mais te marcaram? De que forma (positiva ou negativa)? E à tua família?

#### **Identificação do entrevistado:**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Número de questionário** \_\_\_\_\_

**Sexo** M \_\_\_\_\_ F \_\_\_\_\_

**Idade** \_\_\_\_\_

**Turma** \_\_\_\_\_

**Escola** \_\_\_\_\_

**Data da entrevista** \_\_\_\_\_

**Local da entrevista** \_\_\_\_\_

## ANEXO II

### Consentimento Informado

#### **Projecto Tese: Trajectórias Escolares e Sociais e vivências familiares: descendentes de imigrantes guineenses no ensino secundário em Odivelas**

A presente investigação integra-se no projecto de Mestrado em Sociologia do aluno David Lamine Fati realizado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Doutora Sofia Gaspar e Prof. Doutor Fernando Serra.

O objectivo da investigação é analisar as trajectórias escolares, caracterizar as trajectórias sociais e as vivências familiares em função dos dados sociodemográficos e profissionais dos progenitores dos alunos descendentes de imigrantes guineenses a frequentar o ensino secundário na Escola Secundária de Odivelas.

Para tal será utilizado como instrumento um questionário semi-estruturado, prevendo-se um tempo máximo de entrevista de 60 minutos. Todas as informações serão recolhidas e tratadas de forma anónima (não constará a identificação dos participantes e serão omitidos quaisquer dados que possam possibilitar a sua identificação) e para os fins estritamente relacionados com a investigação.

---

Dou o meu consentimento para a colaboração na presente investigação.

Mais declaro ter sido informado acerca dos objectivos e do anonimato da presente investigação.

Odivelas, \_\_\_\_\_ de Janeiro de 2016

O Participante

O investigador/aluno

O Orientador

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_